

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1099

**PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL
DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE
NO BRASIL — 1991-2003**

**Lauro Ramos
Valéria Ferreira**

Rio de Janeiro, junho de 2005

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 1099

PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE NO BRASIL — 1991-2003*

Lauro Ramos**

Valéria Ferreira***

Rio de Janeiro, junho de 2005

* Esta pesquisa foi realizada com o apoio do CNPq pelo qual os autores são gratos.

** Do IPEA. lramos@ipea.gov.br

*** Mestranda da Ence. val@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – Nelson Machado



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL J21, J23

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Uma publicação que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos, direta ou indiretamente, pelo IPEA e trabalhos que, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A produção editorial desta publicação contou com o apoio financeiro do CNPq.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 1

2 PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE 2

ANEXOS 20

BIBLIOGRAFIA 42

SINOPSE

O objetivo do trabalho é examinar a evolução da informalidade no mercado de trabalho brasileiro no período pós-abertura comercial, destacando suas dimensões espacial e setorial. A utilização das informações da PNAD permite identificar uma clara dicotomia entre o ocorrido nas regiões metropolitanas, em particular as cobertas pela PME, onde a informalidade cresceu muito, e o restante do país, onde ela diminuiu. A combinação desses dois padrões resultou em uma igualdade do grau de informalidade em plano nacional nos anos extremos, com poucas oscilações ao longo do período. Uma consequência dessa estabilidade, mesmo que em patamares elevados, é que, de forma surpreendente, o percentual de contribuintes para a previdência não diminuiu, tendo até crescido ligeiramente. Outro resultado interessante é que o propalado papel da mudança de estrutura ocupacional, ditado pelo processo de terciarização de várias atividades da indústria, não foi o único fator importante para explicar o aumento da informalidade metropolitana. Na verdade, o expressivo aumento da informalidade dentro do segmento industrial aponta para uma disseminação de uma “cultura da informalidade” no meio metropolitano, que seria o principal responsável para a explicação daquele aumento. Por fim, a própria indústria é ilustrativa das diferenças na evolução da informalidade, haja vista que enquanto a incidência de vínculos informais cresceu de forma expressiva nas grandes metrópoles, segundo tanto a PME quanto a PNAD, nas áreas não-metropolitanas observa-se até ligeira redução.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the evolution of informality in the Brazilian labor market after the economic opening process, emphasizing spatial and sector patterns. The data from PNAD allows one to identify a clear dichotomy between metropolitan regions, where informality increased substantially, and the non-metropolitan areas, where it went down. In the aggregate, the levels are quite similar for the initial and final years, with low variations along the period. One important consequence of this stability is that, against the widespread feeling, the percentage of social security contributors did not decrease. Another interesting finding is that the sector reallocation, with the migration of a series of activities from the industrial to the service sector, opposed to what is usually believed, did not play a crucial role in explaining the rise in metropolitan degree of informality. In fact, the remarkable increase of informality within the industrial sector points to a dissemination of a “culture of informality” in the metropolitan areas, which would be the main factor to understand such upswing. Symptomatically, the industrial sector did not display the same behavior in the non-metropolitan areas, where there was even a decrease in the incidence of informal practices, which illustrates well the spatial differences in the evolution patterns.

1 INTRODUÇÃO

A década anterior foi marcada por grandes mudanças no funcionamento do mercado de trabalho, acarretadas pelas significativas transformações ocorridas no cenário econômico nacional. A combinação de diferentes políticas e contextos macroeconômicos afetou o comportamento de diversas variáveis do mercado de trabalho, implicando rupturas no padrão histórico de comportamento.

Neste trabalho, centraremos a atenção na evolução da forma de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, procurando acompanhar e analisar o chamado processo de “informalização” das relações de trabalho — entendido aqui, tal qual no debate em geral, como a ausência de proteção da legislação trabalhista para essas relações. Este é um fenômeno que tem chamado a atenção dos especialistas, uma vez que, em geral, a existência de tal proteção é tida como um indicador de qualidade do emprego. Nessa visão estaria havendo, portanto, uma precarização do emprego através da informalização do mercado de trabalho.

O crescimento do percentual de postos de trabalho “não-protegidos” no total é, normalmente, associado às mudanças ocorridas na estrutura setorial do emprego no período. Essas transformações setoriais começaram a ter lugar já no início da década, com a abertura paulatina da economia, que ensejou um processo de enxugamento da estrutura produtiva, mormente na indústria de transformação, com vistas a dotar de competitividade os produtos brasileiros nos mercados do exterior (uma das práticas mais difundidas foi a dita “terciarização”, que contribuiu para o crescimento do setor de serviços).

Com a implementação do Plano Real, que, principalmente em sua primeira fase, gerou uma supervalorização da moeda, ajustes ainda mais profundos em termos da busca de um aumento de produtividade se fizeram necessários, ensejando o prosseguimento da realocação setorial do emprego. Nesse contexto, a possível ligação entre o crescimento da informalidade e as mudanças na composição setorial da ocupação constituirá um dos objetos de análise deste trabalho.

Outro aspecto subjacente às transformações ocorridas na economia como um todo, e no mercado de trabalho em particular, cuja importância normalmente não é destacada, diz respeito às mudanças espaciais na composição do emprego. A abertura econômica propiciou uma percepção mais fidedigna dos termos de troca por parte dos agentes econômicos, na medida em que foram eliminadas as distorções provocadas pelos subsídios à indústria de transformação característicos da estratégia de desenvolvimento anterior, baseada no modelo de substituição de importações. Com isso, o setor agrícola e o segmento do agronegócio tornaram-se mais atrativos e mais dinâmicos. Além disso, a própria necessidade de modernização do parque produtivo em conjunção com incentivos fiscais diferenciados entre as regiões — a chamada “guerra fiscal” — fizeram com que a estrutura e a distribuição espacial do emprego — segundo unidades da federação (UFs), regiões geográficas, áreas metropolitanas *vis-à-vis* áreas não-metropolitanas — fossem modificadas. Uma alteração desse tipo especialmente importante, a despolarização industrial, foi identificada em Ramos e Ferreira (2005), o que pode ter implicações relevantes em termos de padrões espaciais das práticas trabalhistas e evolução da informalidade. Assim, a investigação

de possíveis alterações da composição espacial da ocupação protegida e da informalidade constituirá outro dentre os focos principais de análise deste estudo.

Para levar a cabo esses objetivos serão utilizadas duas bases de dados. A primeira é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que cobre seis das principais regiões metropolitanas (RMs) do país, as quais respondem por cerca de 1/4 do mercado de trabalho nacional. Em função de sua frequência e contemporaneidade, a PME é a pesquisa sobre emprego e renda que serve como referência no acompanhamento do estado das artes e tendências do comportamento do mercado de trabalho. Dadas as profundas mudanças metodológicas introduzidas nesta pesquisa no final de 2001, que comprometeram a comparação entre os resultados da “antiga” e da “nova” PME, aliadas à interrupção da primeira ao final de 2002, optamos por nos restringir ao uso da versão original no período de 1991 a 2002. A segunda base é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pesquisa anual do IBGE, que tem cobertura nacional e, portanto, torna possível analisar em detalhes as mudanças espaciais segundo diversos recortes. Como essa pesquisa não foi a campo em 2001, em virtude do Censo Demográfico, o período para o qual ela será utilizada será o de 1992 a 2003.

2 PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE

Nessa primeira parte do relatório o foco de atenção estará nas pesquisas domiciliares do IBGE — PNAD e PME — que, por terem como unidade de observação os indivíduos, permitem cobrir tanto as formas de inserção formais, ou protegidas, quanto informais no mercado de trabalho e, portanto, analisar o grau de informalidade reinante.

2.1 INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO (PMEs)

Uma das características do desempenho do mercado de trabalho metropolitano¹ que despertaram a atenção da sociedade desde o início da década anterior foi o crescimento das relações informais de trabalho — trabalho assalariado sem carteira e trabalho por conta própria.² Conforme mostrado no Gráfico 1 nos seis primeiros anos, de 1991 a 1996, o percentual de trabalhadores informais passou de 40% para

1. Os dados aqui utilizados são aqueles fornecidos pela PME, que é uma pesquisa domiciliar mensal levada a cabo pelo IBGE em seis das principais RMs brasileiras — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador —, representando cerca de 25% da força de trabalho. A PME passou recentemente por uma profunda revisão metodológica, de tal sorte que os resultados de 2003 em diante não são comparáveis com a série anterior. Por essa razão, a análise dessa seção se estende apenas até o ano de 2002.

2. É importante frisar que a própria noção de informalidade não é universal. Sem constituir surpresa, mensurá-la envolve sempre algum grau de arbitrariedade no que toca a sua definição, ainda mais que esta pode ser limitada pela natureza dos dados empíricos disponíveis. Ao longo deste trabalho, de modo geral, o grau de informalidade reportado, salvo aviso em contrário, será a razão entre o contingente de trabalhadores assalariados sem carteira e dos trabalhadores autônomos sobre o total de trabalhadores, excluídos os não-remunerados. Foram também calculadas estatísticas com caracterizações alternativas, disponíveis com os autores, sem que isso afetasse qualitativamente os resultados.

47% no conjunto das seis RMs cobertas pela PME/IBGE.³ De meados de 1996 até o final de 1997 o ritmo de crescimento do grau de informalidade diminuiu, ficando próximo de 48%. Como reflexo das agruras por que passou a economia brasileira em 1998 e 1999, o funcionamento do mercado de trabalho mudou, o que fez com que o processo de informalização retomasse fôlego, de tal forma que, nos últimos meses de 1999, foi rompida a marca de 50%, chegando a 51% no início de 2000. Ao longo desse ano, até com certa surpresa, houve uma ligeira queda, seguida de estabilização em torno de 50% durante os anos de 2001 e 2002.



Fontes: PME/IBGE e IPEA/MTE.

Nota: Os quadrados brancos indicam as médias aritméticas para cada ano.

2.1.1 Mudanças na Estrutura Ocupacional Metropolitana

Na verdade, o crescimento da informalidade metropolitana é associado, em boa medida, ao fato de que os anos 1990 testemunharam mudanças profundas na estrutura ocupacional metropolitana. Houve uma vasta gama de alterações, que, ao menos em uma primeira análise, podem ser sintetizadas pelo exame do comportamento de dois setores emblemáticos da economia: a indústria de transformação e o setor de serviços.

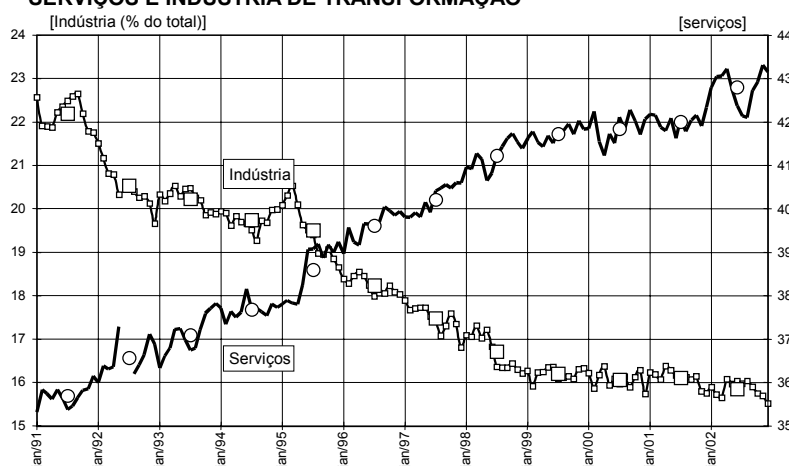
Por um lado, a indústria de transformação, que foi, sem dúvida, o segmento mais afetado pelo processo de abertura e exposição da economia à concorrência internacional, além da migração para áreas não-metropolitanas, experimentou uma perda de importância relativa, com sua participação do nível de ocupação caindo da

3. É importante ressaltar que essas percentagens superestimam o verdadeiro grau de informalidade das relações de trabalho, uma vez que no questionário da PME, até 2002, os servidores públicos, que na verdade são protegidos pela legislação trabalhista e possuem vínculos empregatícios formais, eram classificados como trabalhadores sem carteira, em função de serem estatutários. Estimativas próprias, que forçosamente envolvem um certo grau de imprecisão, mostram que eles seriam hoje responsáveis por algo entre 8 e 10 pontos percentuais (p.p.) da informalidade. Desse modo, parece mais adequado afirmar que a informalidade abrange pouco mais de 40% da força de trabalho metropolitana (essa percentagem é confirmada pelos dados da "nova" PME, que corrige essa distorção).

faixa de 22% em 1991 para o nível de 16% no final de 1999, mantendo-se ao redor desse patamar nos anos seguintes.⁴

Por outro lado, o setor de serviços, em parte pela própria estratégia de terciarização utilizada pela indústria para enxugar sua estrutura produtiva, mas também por acolher grande parte dos trabalhadores que ingressaram no mercado, aumentou sua participação relativa de pouco menos de 36% para cerca de 43% no mesmo período⁵ (Gráfico 2). Esta expansão deu-se com maior intensidade até o início de 1999, seguida de uma grande estabilidade até 2001, bastante próxima desta marca — de 42% —, voltando a crescer um pouco em 2002.

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO: SETOR DE
SERVIÇOS E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO



Fontes: PME/IBGE e IPEA/MTE.

Nota: Os quadrados brancos indicam as médias aritméticas para cada ano.

Parece lícito argumentar que o fato de a inserção informal no mercado de trabalho ter crescido de forma substantiva na década de 1990 — até atingir o quadro de 2002, quando o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria era, para todos os efeitos práticos, igual ao de assalariados com carteira — esteja diretamente ligado à realocação setorial da força de trabalho nesse íterim.

A razão de ser para esse raciocínio deve-se às características dos postos de trabalho em cada um desses setores: enquanto a indústria contrata majoritariamente através do assalariamento com carteira assinada — em torno de 70% dos vínculos trabalhistas na indústria eram dessa natureza em 2002 — o oposto acontece com o segmento de serviços, onde o grau de informalidade era superior a 50% nesse mesmo ano. De maneira análoga, a constatação de que o movimento ascendente da informalidade perdeu força, ou mesmo desapareceu, na virada da década, justamente

4. A hipótese de que a mudança do regime cambial em janeiro de 1999, que acarretou uma significativa depreciação do real, proporcionou um ganho “exógeno” e “gratuito” de produtividade e, portanto, contribuiu para a suavização dos ajustes na indústria é defendida por vários autores, como Passos *et alii* (2005), e citada como uma das principais explicações para essa estabilização [Ramos e Britto (2004)].

5. Em termos absolutos, as diferenças são ainda mais gritantes, haja vista ter havido, nesse intervalo, a destruição, em termos líquidos, de quase 600 mil postos de trabalho na indústria de transformação (apesar da recuperação de mais de 100 mil postos a partir de 1999, quando sua participação relativa deixou de declinar), enquanto o setor de serviços absorveu quase 2 milhões de trabalhadores (mais da metade dessa expansão ocorreu entre 1994 e 1996, inclusive).

quando as participações desses setores no total da ocupação se estabilizaram, serve para reforçar esse argumento.

Segue-se desse argumento que, em se confirmando as tendências para comportamento do emprego na indústria e no segmento de serviços delineadas nos primeiros anos da década atual, a informalidade no âmbito do mercado de trabalho metropolitano, apesar de permanecer em patamares elevados, poderá perder fôlego para continuar crescendo, ao menos no ritmo da década anterior.

2.1.2 A Evolução da Informalidade Metropolitana por Setor

A base para a conjectura de que a confirmação da tendência recente de interrupção da expansão do setor de serviços e da queda da indústria acarretará o final do crescimento da informalidade, conforme estabelecido na subseção anterior, reside no fato de que o primeiro é mais intensivo em vínculos informais, enquanto o segundo é mais intensivo em relações formais. Mostramos, na subseção anterior, que isso de fato é verdadeiro para os últimos anos. Faz-se necessário, todavia, um exame da evolução dessa característica no passado recente para respaldar melhor a tese, o que será levado a cabo a seguir.

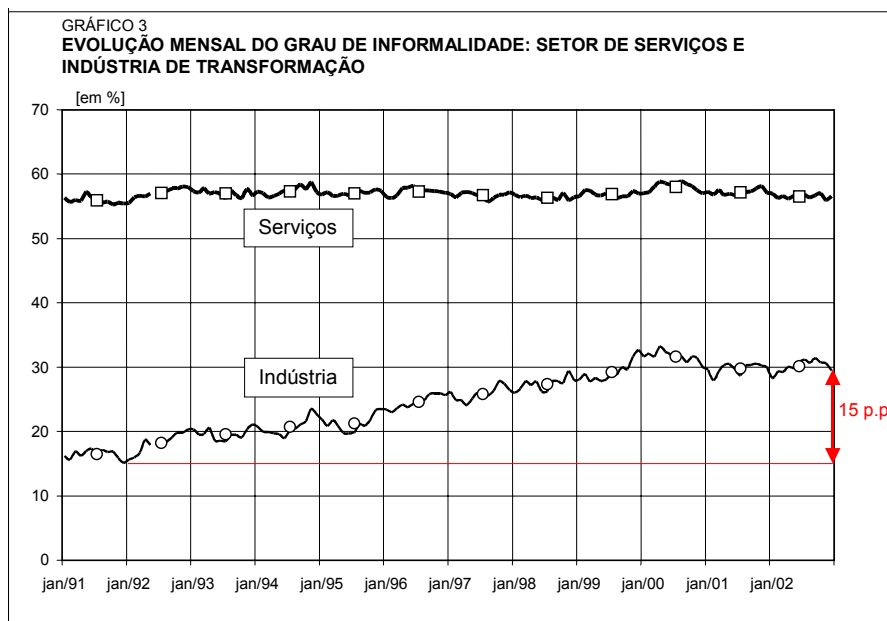
As evoluções mensais do grau de informalidade na indústria e serviços são apresentadas no Gráfico 3. Três observações são dignas de destaque:

a) o setor de serviços sempre foi, ao longo do período analisado, muito mais marcado pelos vínculos informais do que a indústria de transformação;

b) o grau de informalidade no segmento de serviços, além de bastante mais elevado, manteve-se praticamente inalterado de 1991 a 2002, em níveis sempre superiores a 50%; e

c) a indústria de transformação, apesar de ter um grau de informalidade bem inferior ao do setor de serviços, experimentou elevações ao longo do período, passando do patamar em torno de 15% em 1991 para o de 30% de 1999 em diante.

Constatamos, assim, que a premissa básica de que os vínculos trabalhistas são bastante formalizados na indústria de transformação, e de natureza bem mais informal no setor de serviços, de fato se confirma. Não obstante, ficou demonstrado que a intensidade da formalização na indústria diminuiu de mais de 80% em 1991 para cerca de 70% nos três últimos anos (este é o complemento do grau de informalidade mostrado no gráfico). Essa “descoberta” de que a indústria foi afetada pelo processo de informalização no mercado de trabalho enfraquece o argumento anteriormente apresentado, tornando necessária uma análise mais detalhada da relação entre as mudanças na composição setorial e a evolução da informalidade.



Fontes: PME/IBGE e IPEA/MTE.

Nota: Os quadrados brancos indicam as médias aritméticas para cada ano.

2.1.3 A Importância das Mudanças Setoriais para a Informalidade Metropolitana

No Anexo 1 são apresentadas duas formas de avaliar a importância das mudanças na estrutura setorial para a variação na informalidade em um determinado intervalo de tempo.

O primeiro deles, mais natural, consiste em verificar qual seria a mudança no grau de informalidade se a composição setorial houvesse mudado sem que a informalidade dentro de cada setor tivesse se alterado, e comparar a magnitude desse resultado contrafactual com aquela realmente observada. Conforme pode ser visto na Tabela A1.1, que sumaria o exercício para o período 1991-2002, a contribuição das mudanças de tamanho da indústria e de serviços, apesar de não-desprezível, explica relativamente pouco da variação na informalidade — 26,6%. A razão de ser para essa contribuição não ser mais elevada, conforme antecipado no final da subseção anterior, reside justamente no fato de que a indústria, mesmo permanecendo como um reduto de empregos protegidos, experimentou um aumento no grau de informalidade. Isso fez com que o número de postos de trabalho nesse setor não diminuísse na mesma proporção em que encolheu no período.

Na verdade, conforme mostrado na Tabela A1.2, do Anexo 1, o número de postos de trabalho informais na indústria *creceu* nesse período. Essa tabela apresenta os resultados de um exercício alternativo, bem mais leniente e até questionável, de estimar a contribuição desses dois setores para a mudança observada na informalidade. Este consiste simplesmente na comparação do número de empregos informais gerados na indústria e nos serviços com a variação total no período. Ou seja, é considerada não apenas a mudança na composição setorial, *stricto sensu*, mas também as alterações na informalidade intra-setoriais. Neste caso, a “contribuição” dos segmentos de indústria e serviços mais do que dobra, chegando a 56,7%. Isso ocorre devido à degradação das relações de trabalho na indústria que, apesar de ter

encolhido em termos absolutos (de 3,35 milhões de postos de trabalho em 1991 para 2,81 milhões em 2002), experimentou um aumento absoluto de ocupações informais (cerca de 270 mil postos de trabalho a mais à margem da legislação).

Esse resultado, se por um lado confirma a importância desses dois setores para o entendimento do crescimento da informalidade, por outro deixa claro que *a natureza da ligação entre mudanças na estrutura setorial do emprego e mudanças na informalidade não é tão simples quanto uma primeira conjectura pode levar a supor*. Isso porque as razões pelas quais cada um desses setores contribuiu para o crescimento da informalidade foram distintas: no caso do setor de serviços foi o seu crescimento, enquanto na indústria foi sua crescente informalização.⁶

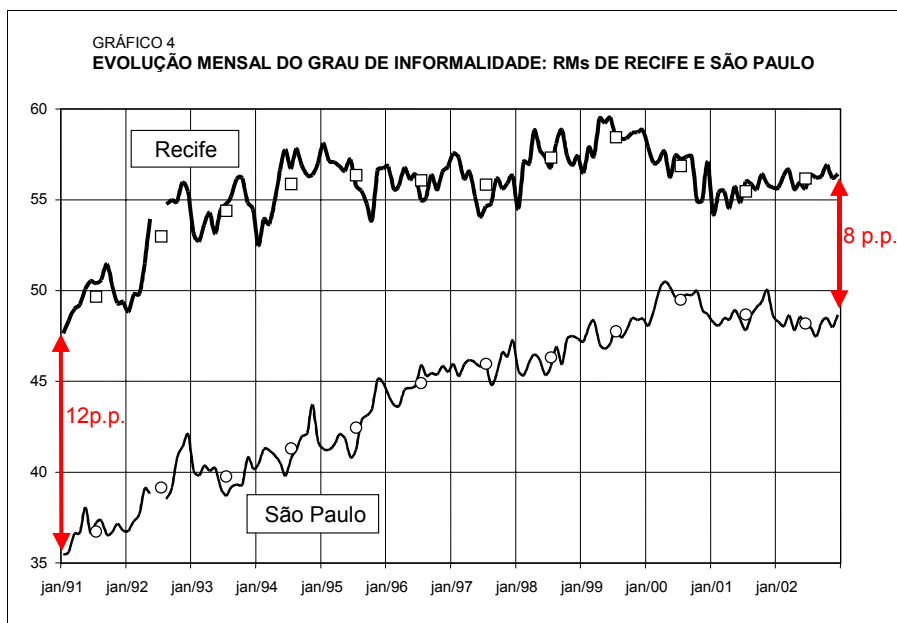
2.1.4 A Informalidade por RMs

O conjunto de Tabelas A2.6, do Anexo 2, apresenta a evolução da informalidade em cada uma das seis RMs. Há, entre elas, diferenças palpáveis tanto nos níveis quanto nas trajetórias. O Gráfico 4 procura retratar essas diferenças comparando as regiões de Recife e São Paulo: a metrópole nordestina é aquela que, sistematicamente, apresenta o maior grau de informalidade, enquanto São Paulo apresentou o menor grau durante a maior parte do período (mais precisamente até 1999, quando perdeu essa condição para a RM de Porto Alegre).

No início da década passada a informalidade em São Paulo era de cerca de 0,355, enquanto em Recife atingia 0,476, com uma diferença ligeiramente acima de 12 p.p. Ao longo desse período ela cresceu quase continuamente em ambas as RMs, com uma inflexão, particularmente para o caso de Recife, ao redor de 2000. Como resultado, o diferencial encolheu: em dezembro de 2002 a informalidade era de 0,564 em Recife e 0,487 em São Paulo, o que significa uma diferença de pouco menos de 8 p.p.

Assim, de forma similar ao observado para o corte regional, existe alguma convergência entre os graus de informalidade entre as RMs: considerando o conjunto das seis regiões, o desvio-padrão caiu de 4,4 p.p. em janeiro de 1991 para 3,8 p.p. em dezembro de 2002; e, no mesmo intervalo, a amplitude caiu de 12,2 p.p. para 9,7 p.p. A diferença digna de relato é que, no caso da comparação regional, o aumento da informalidade é traço comum a todas as RMs.

6. É interessante destacar que esse fato afeta duplamente a informalidade global, na medida em que implica mais vínculos informais, em termos absolutos, e, por conseguinte, uma grande redução no número de postos de trabalho com vínculos formais.



Fontes: PME/IBGE e IPEA/MTE.

Nota: Os quadrados brancos indicam as médias aritméticas para cada ano.

2.1.5 Avaliação dos Resultados da PME

Vimos aqui que, em que pese ter perdido um pouco de fôlego após o ano de 2000, o processo de informalização das relações de trabalho no âmbito do mercado de trabalho metropolitano cresceu contínua e intensamente ao longo da década de 1990, aumentando em mais de 10 p.p. Além disso, constatamos que esse crescimento não está relacionado, como muitas vezes imaginado, com o comportamento de dois setores emblemáticos da economia: o setor de serviços, em que a informalidade é bastante elevada, e a indústria de transformação, onde os vínculos formais predominam.

O que é interessante destacar é que a importância desses setores para o entendimento do fenômeno não pode ser compreendida apenas na esfera de um efeito-composição associado à realocação setorial do emprego — o setor de serviços cresceu e a indústria encolheu. Na verdade, enquanto o crescimento do setor de serviços tem um efeito claro e simples de ser entendido, a questão do encolhimento da indústria é um pouco mais complexa, pois ocorreu em meio a um crescimento da informalidade do setor,⁷ o que contribuiu para minar a intuição básica da importância, muitas vezes atribuída à realocação setorial. Tanto é verdade que, conforme mostrado na Tabela 2, apesar da diminuição em termos absolutos da ocupação, o número de postos de trabalho informais na indústria aumentou entre 1991 e 2002.

Por fim, ainda no universo das seis RMs cobertas pela PME, é interessante notar que os resultados das Subseções 2.1.2 e 2.1.4 — estrutura setorial e estrutura espacial — revelam um traço em comum. Em ambos os casos houve uma convergência dos

7. Se a informalidade tivesse permanecido a mesma na indústria, o efeito seria tão claro quanto no setor de serviços e, portanto, faria todo o sentido falar apenas em efeito-composição: um setor bem formalizado encolheu, a informalidade tende a crescer; se tivesse se expandido, teria contribuído para diminuir a informalidade. A segunda parte da afirmativa anterior não é, todavia, necessariamente correta, haja vista que a premissa não é verdadeira (a informalidade dentro da indústria não permaneceu constante — cresceu).

índices na direção do setor/região com maior grau de informalidade. Essa constatação é preocupante na medida em que descortina a difusão de vínculos informais em segmentos tradicionalmente encarados como redutos de boas práticas trabalhistas.

2.2 INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL (PNADs)

Os resultados da subseção anterior não deixam margem para dúvidas quanto ao fato de que as relações informais de trabalho tenham se disseminado nas RMs no período posterior à abertura comercial. O fato de o grau de informalidade metropolitano ter crescido influi sobremaneira na percepção da gravidade do problema. Por um lado, esses centros têm uma grande “visibilidade”, na medida em que concentram boa parte dos círculos ditos formadores de opinião. Por outro, a frequência e a contemporaneidade da PME lhes conferem muito mais agilidade e atualidade na análise do comportamento do mercado de trabalho, e sua relação com a conjuntura econômica, o que acaba por atrair ainda mais a atenção para os seus resultados.

Apesar disso, e mesmo retratando cerca de 1/4 da força de trabalho nacional, a PME coleta informações sobre mercados de trabalho cujas dinâmicas de funcionamento são distintas das do resto do país, e podem, portanto, revelar padrões de comportamento não necessariamente de acordo com a realidade do mercado no plano nacional. Uma boa ilustração dessa possibilidade, conforme destacado na introdução, é o processo de despolarização do emprego na indústria ao longo dos últimos anos, no bojo da redução da importância desse segmento nos centros tradicionais, com destaque para a RM de São Paulo, e expansão em “novos” pólos, como o próprio interior do Estado de São Paulo e em estados adjacentes — Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, entre outros. Na medida em que o segmento industrial ainda é um reduto de empregos ao abrigo da proteção da legislação trabalhista, a migração de indústrias e a instalação de novas fábricas fora do eixo metropolitano podem fazer com que a PME capte a destruição de postos de trabalho protegidos, mas não a geração de outros. Ou seja, a variação da informalidade metropolitana pode ser superior à variação no plano nacional.

Para averiguar a possibilidade de descompasso espacial no que se refere à evolução do padrão de práticas trabalhistas, esta subseção do trabalho utilizará os dados das PNADs, que têm cobertura nacional⁸ e representatividade nos níveis estadual e metropolitano, e é levada a campo quase todos os anos — as exceções são os anos do censo e situações episódicas, como o ano de 1994.

2.2.1 Evolução da Informalidade no Plano Nacional

De forma a tornar possível adotar uma definição de informalidade compatível com a usada na PME a partir dos dados da PNAD, foi necessário modificar o conceito de ocupação adotado por esta última, através da exclusão dos indivíduos que exerceram apenas atividades voltadas para o próprio consumo ou construção na semana de referência, assim como outros trabalhos não-remunerados com engajamento marginal no mercado de trabalho. Mais especificamente, o conceito de ocupação adotado foi:⁹

8. Com exceção da área rural da região Norte.

9. Ver Ramos e Ferreira (2005) para uma análise de como esses conceitos afetam os agregados oficiais da PNAD, conforme divulgação do IBGE.

Definição de ocupados: foram classificados como ocupados na semana de referência os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência da pesquisa, assim como os que exerceram trabalho não-remunerado durante pelo menos 15 horas naquele período, e também os que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não foram considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção, bem como os que desempenharam atividades não-remuneradas em tempo inferior a 15 horas na semana de referência.

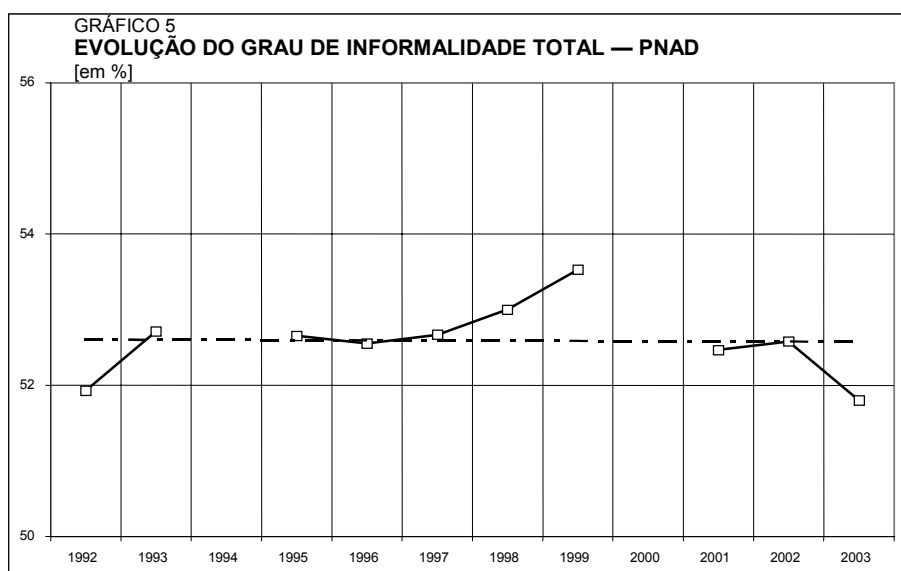
A partir dessa caracterização do contingente de ocupados, o conceito de informalidade utilizado foi a razão entre os trabalhadores não-protetidos (assalariados sem carteira e trabalhadores autônomos) e o total (incluindo, além daqueles, os assalariados com carteira, estatutários, militares e empregadores).¹⁰

Uma rápida inspeção do Gráfico 5, cujos dados são reproduzidos na Tabela 1, confirma a conjectura de que os dados metropolitanos da PME não refletem adequadamente a realidade do mercado de trabalho no plano nacional no que tange à informalidade, na medida em que esta se revela praticamente estável no período. Três observações respaldam essa impressão: *a)* a amplitude das variações nesse intervalo de tempo é inferior a 2 p.p.; *b)* os valores para os anos extremos são praticamente idênticos; e *c)* a linha de tendência de evolução no tempo (em pontilhado) é virtualmente paralela ao eixo horizontal. Ou seja, apesar da pequena elevação nos anos próximos à mudança do regime cambial, não houve uma elevação na informalidade conforme captado na PME.¹¹

Em tese há, pelo menos, três possíveis razões para tal discrepância: *a)* o universo metropolitano da PNAD é diferente daquele da PME, pois engloba, além das seis RMs da PME, as de Curitiba, Fortaleza, Belém e o Distrito Federal; *b)* o esquema amostral da PNAD, muito mais elaborado que o da PME, permite estimar melhor os resultados, atenuando sensivelmente, ou até mesmo anulando, o crescimento da informalidade metropolitana captado pela PME; e *c)* o comportamento do mercado de trabalho metropolitano, no que diz respeito a essa questão, foi substantivamente diferente daquele ocorrido no resto do país.

10. Em um exercício alternativo serão incluídos os trabalhadores não-remunerados que trabalham pelo menos 15 horas por semana, tanto entre os ocupados (denominador) como entre os informais (numerador). Os resultados serão apresentados no Anexo e comentados, brevemente, no texto.

11. Quando os trabalhadores não-remunerados são incluídos na definição de ocupados e, portanto, no contingente informal, o grau de informalidade passa a ser de 56,8% em 1992, atinge um pico de 57,6% em 1999 e cai para 54,8% em 2003, indicando, portanto, uma *queda* de 2 p.p. na informalidade durante o período (ver Anexo).



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 a 2003.

2.2.2 Evolução da Informalidade Metropolitana e Não-Metropolitana

Os dados da Tabela 1 mostram que a primeira possibilidade pode ser descartada. As taxas de informalidade para o conjunto das dez regiões e para as seis da PME¹² são bastante parecidas — a diferença gira em torno de 1 p.p. — e, também, apresentam variações semelhantes no período. Essa variação, que é de cerca de 5 p.p. para o conjunto de todas as regiões e 6 p.p. para aquelas cobertas pela PME, permite, de forma análoga, descartar a segunda possibilidade, na medida em que respalda a indicação da PME de que houve um acentuado aumento na informalidade metropolitana.

TABELA 1
GRAU DE INFORMALIDADE: RMS — PNAD E PME
[em %]

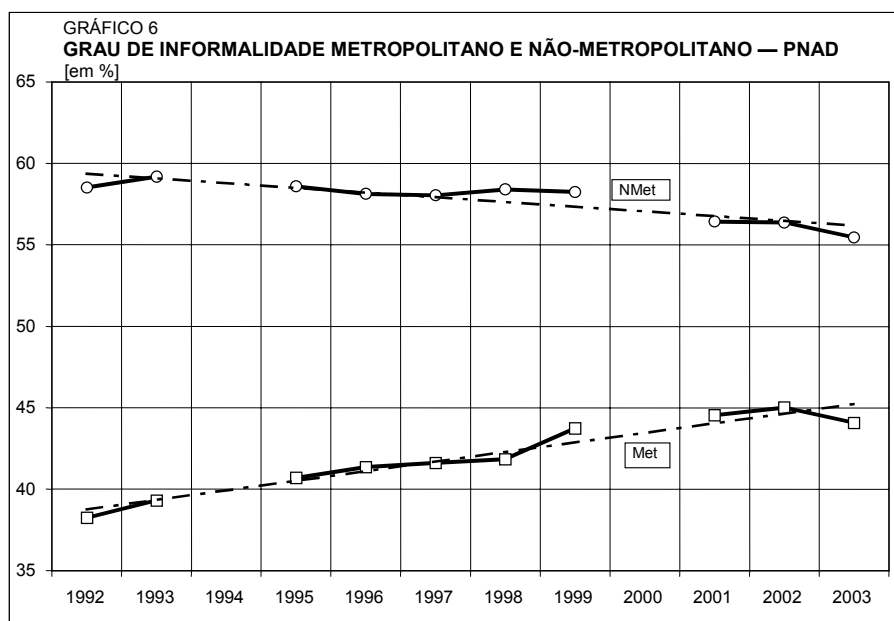
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6	51,7
RMs/PNAD	39,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1
RMs/PME	36,8	38,2	39,7	40,6	40,6	41,1	43,1	43,7	44,3	43,4

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 a 2003.

Resta, então, verificar a terceira possibilidade, o que é feito com auxílio do Gráfico 6, cujos dados são apresentados no Anexo. Primeiro, é nítida a convergência entre as taxas metropolitana e não-metropolitana: a diferença que era de quase 20 p.p. em 1992 encolheu para pouco de 11 p.p. em 2003. Segundo, essa convergência é fruto do aumento da informalidade metropolitana, próxima de 6 p.p., em conjunção com a queda da respectiva taxa não-metropolitana, que foi de 3 p.p. Em ambos os casos o período menos favorável é aquele próximo da mudança do regime cambial, enquanto o mais favorável é o da década atual. A linha de tendência é negativamente

12. É preciso frisar que se trata, nesse caso, da taxa de informalidade das seis regiões cobertas pela PME calculada a partir dos dados da PNAD. Não faz sentido, portanto, compará-la com aquela obtida diretamente da PME.

inclinada no caso não-metropolitano e, a exemplo do indicado pela PME, positivamente inclinada nas RMs, que apresentam um crescimento contínuo da informalidade em praticamente todo o período, com exceção de 2003, quando ocorre, com alguma surpresa, uma queda de 0,9 p.p.



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 a 2003.

2.2.3 Evolução da Informalidade por Cortes Regionais e Setoriais

A Tabela 2,¹³ no seu painel inferior, mostra que as grandes regiões geográficas não apresentaram grandes mudanças no grau de informalidade no período, sendo que a única que apresentou uma alteração um pouco mais expressiva foi a região Centro-Oeste, onde pôde ser observada uma redução de cerca de 6 p.p. Como consequência do fato de as mudanças terem sido de pequena monta, o encurtamento do hiato regional de 26 p.p. para 22 p.p., fruto de um tímido progresso na região Nordeste, e uma leve piora na região Sudeste, também foi reduzido.

O recorte por setores de atividade econômica revela alguns aspectos interessantes da evolução da informalidade dentro da PNAD. Em primeiro lugar, quando apreciados os resultados para o plano nacional, dos quatro setores listados na Tabela 2 apenas a indústria apresenta uma deterioração na informalidade — 3 p.p. —, apesar de permanecer sendo o segmento mais formalizado, uma situação que é similar àquela apontada pela PME para a área metropolitana coberta por ela. Os setores de serviços, comércio e agricultura mostraram alguma queda, um pouco mais pronunciada nas atividades ligadas ao comércio, onde a redução chegou a 4,5 p.p. Todos eles, não obstante, têm uma incidência de relações informais acima de 50%, chegando a 80% no setor agrícola. Mesmo ignorando este último, que possui características bastante peculiares, a diminuição do hiato setorial é grande: a diferença entre os setores de indústria e comércio caiu de 25 p.p. em 1992 para 17 p.p. em 2002, enquanto a comparação entre indústria e comércio mostra um estreitamento de pouco mais de 20

13. Essa tabela oferece um resumo do conjunto de informações correlatas apresentadas no Anexo 2.

p.p. para 15 p.p., o que reforça a constatação de convergência setorial identificada para as áreas metropolitanas da PME.

TABELA 2
GRAU DE INFORMALIDADE — ANOS E RECORTES SELECIONADOS
 [em %]

			1992	1999	2003	
Brasil			51,9	53,5	51,7	
Setor	Indústria	Total	33,0	36,5	36,0	
		Metropolitana	24,0	31,2	33,7	
		Não-metropolitana	39,0	39,3	37,2	
	Serviços	Total	53,5	51,2	51,0	
		Metropolitana	48,9	47,4	47,2	
		Não-metropolitana	55,9	53,2	53,2	
	Comércio	Total	57,7	57,6	53,2	
		Metropolitana	52,3	54,3	51,1	
		Não-metropolitana	61,0	59,6	54,5	
	Agricultura	Total	82,0	81,0	80,1	
Região	Norte		59,7	62,3	61,3	
	Nordeste		68,6	69,2	66,8	
	Sudeste		42,7	45,9	44,5	
	Sul		47,4	47,2	45,9	
	Centro-Oeste		57,6	55,0	51,4	

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 a 2003.

Quanto à desagregação adicional por áreas metropolitanas e não-metropolitanas, as informações da PNAD, também mostradas na Tabela 1, confirmam plenamente aquelas provenientes da PME: houve um crescimento de quase 10 p.p. — cerca de 40% — da informalidade na indústria, enquanto serviço e comércio¹⁴ permaneceram praticamente estáveis (mostrando, na verdade, até uma ligeira melhora). De qualquer modo, esses dois setores apresentaram progressos mais palpáveis nas áreas não-metropolitanas. Vale destacar, inclusive, que o próprio segmento industrial experimentou reduções na informalidade fora dos mercados de trabalho metropolitanos.

Em suma, os dados da PNAD complementam os da PME de forma positiva e negativa. Do lado positivo, eles revelam que, no plano do mercado de trabalho nacional, não houve aumento da informalidade, sendo o período marcado por uma grande estabilidade desse agregado. Não obstante, isso se deu em um patamar bastante elevado, de tal sorte que, em média, existe pelo menos um trabalhador na informalidade para cada trabalhador no setor formal.

Mais do que isso, as informações da PNAD ratificam, e tornam ainda mais clara, a tendência identificada na PME de uma convergência da informalidade segundo diversos recortes: os segmentos tradicionalmente identificados como redutos de

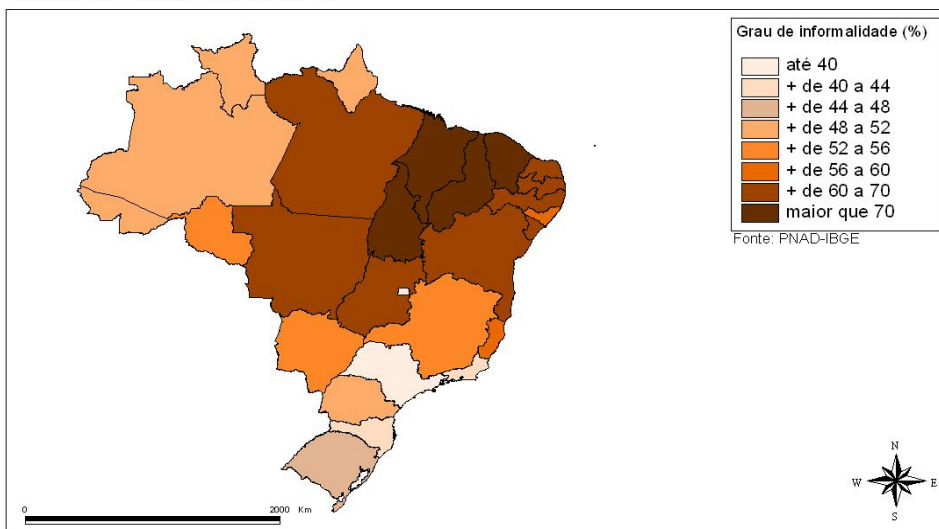
14. Essa desagregação não é mostrada para o setor agrícola, em função da pequena importância de sua parcela metropolitana.

postos de trabalho protegidos — metrópoles, indústria e região Sudeste — perdem, ao menos em parte, essa característica e tornam-se mais similares aos demais.

2.2.4 Evolução da Informalidade por UF

Os dois mapas a seguir sintetizam a evolução da informalidade entre 1992 e 2003 de acordo com o recorte por UFs, a partir das informações apresentadas no Anexo 2, buscando, através do apelo visual, facilitar a identificação das principais mudanças ocorridas nesse nível de desagregação. As variações em p.p. das UFs, bem como em termos da partição metropolitana *vis-à-vis* não-metropolitana, quando for o caso, são apresentadas nas Figuras 1 e 2.

Brasil: Grau de Informalidade - 1992



Brasil: Grau de Informalidade - 2003

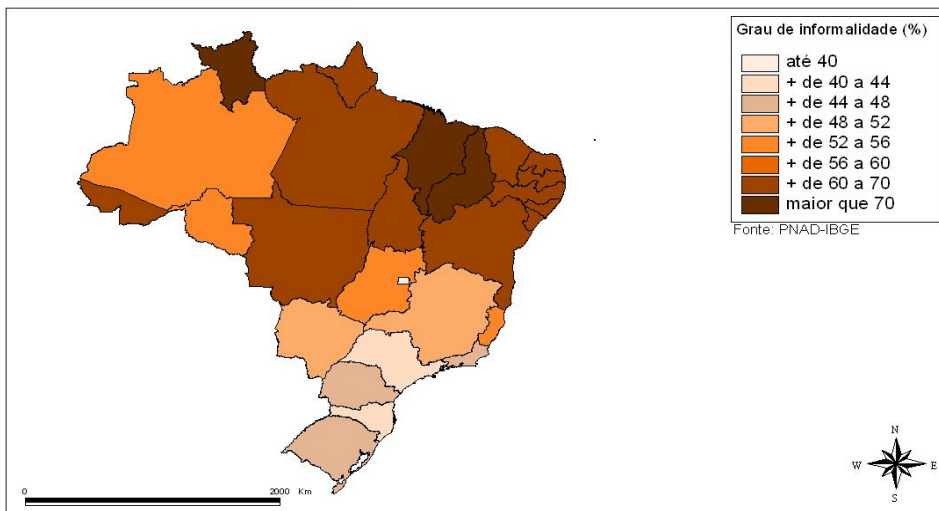


FIGURA 1
VARIAÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE — 1992-2003

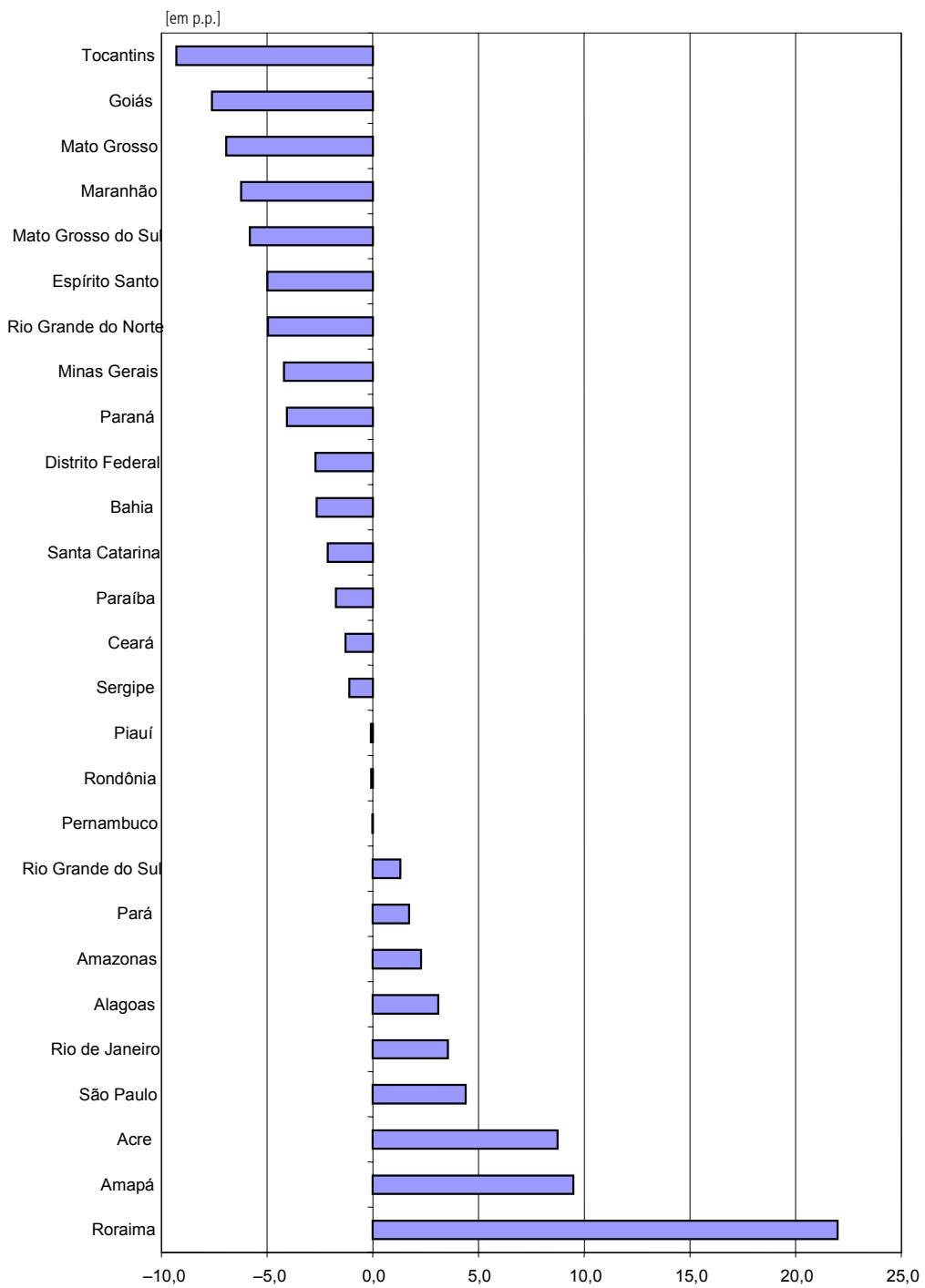
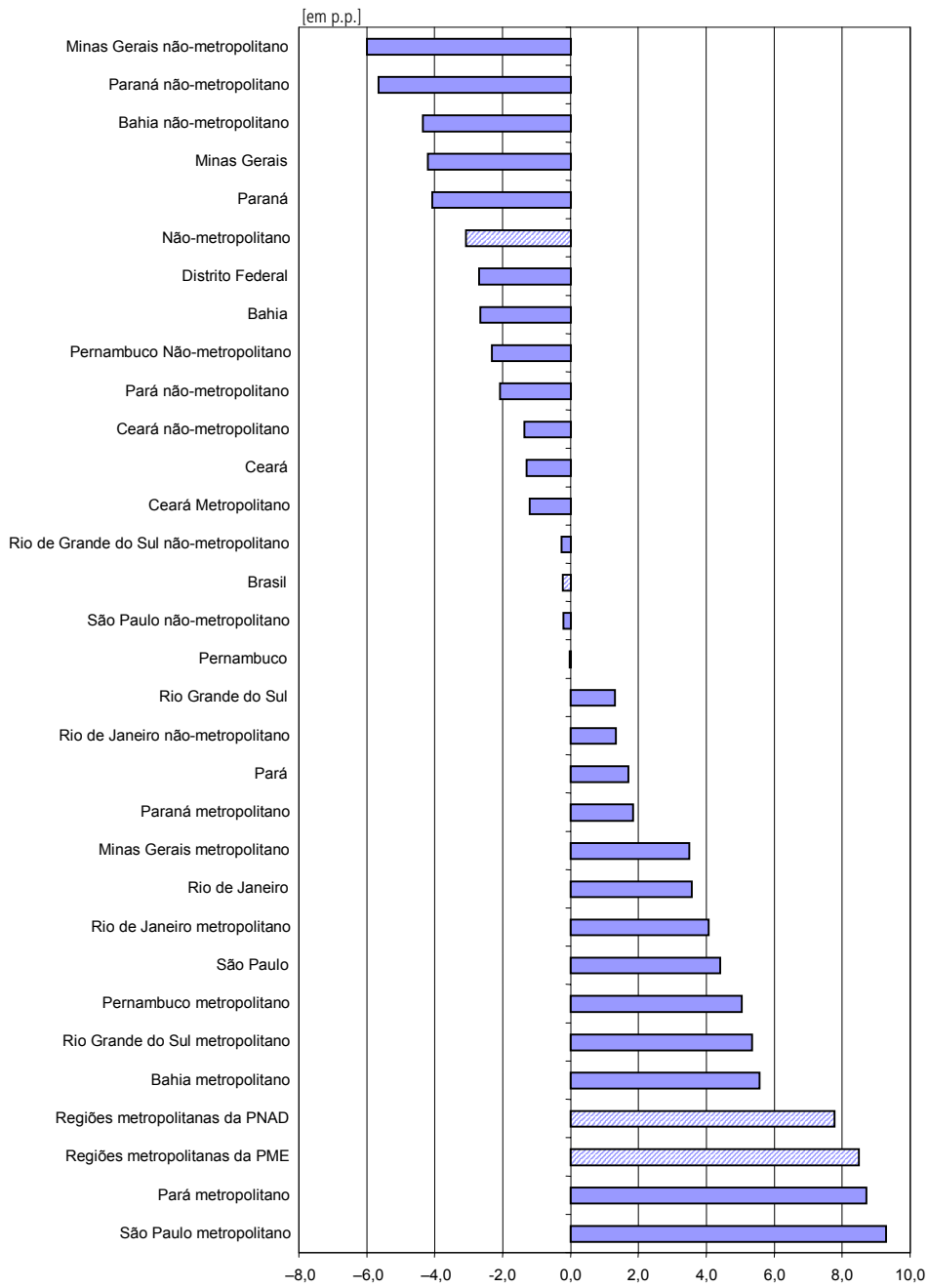


FIGURA 2
VARIAÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE — 1992-2003



Uma das mudanças mais perceptíveis nos mapas de 1992 e 2003 é, *grosso modo*, o clareamento ocorrido nos estados da Região Centro-Oeste, que reflete a queda do grau de informalidade detectado para essa região na seção anterior. De fato, a Figura 1 confirma que nesse intervalo de tempo houve uma diminuição da informalidade para todas UFs ali localizadas. O oposto acontece na região Norte onde, com exceção do Estado de Tocantins, a informalidade aumentou para as outras UFs (deve-se lembrar que o grau de significância é menor nessas áreas). As UFs nordestinas têm um comportamento diversificado, com melhoras e pioras, que acaba por traduzir-se em uma ligeira queda da informalidade para o conjunto. No Sul, as quedas, mais pronunciada no Paraná e mais tímida em Santa Catarina, são em boa parte compensadas pelo aumento no Rio Grande do Sul. O caso mais interessante é o do Sudeste, onde o mau desempenho de Rio de Janeiro e São Paulo termina por reverter o progresso em Minas Gerais e Espírito Santo. O fato das duas maiores metrópoles brasileiras estarem localizadas nessa região explica, em grande parte, esse comportamento. Tanto é verdade que o segundo conjunto de mapas — que desagrega os estados com RMs nas suas parcelas metropolitana e não-metropolitana — apresenta mudanças de cores mais acentuadas. Na Figura 2, onde se mostram as dez UFs com áreas metropolitanas, percebe-se que em todas elas, com exceção do Ceará, as suas parcelas metropolitanas pioraram, enquanto dentre as parcelas não-metropolitanas apenas a do Rio de Janeiro não melhorou.

Uma evidência adicional da importância das áreas metropolitanas, vis-à-vis as não-metropolitanas, é que —, quando se particiona o Brasil apenas nessas duas categorias — o índice de turbulência para o contingente informal¹⁵ para o período é de 4,1%. De outro modo, quando se considera a partição por UFs — o que implica trabalhar com 27 grupos — ele sobe para não mais que 4,7%. Vale mencionar que, se a partição envolve o índice, simultaneamente, os dois critérios, ele aumenta para 6,2%, revelando uma associação não-desprezível de migrações de metrópoles para fora do respectivo estado.

2.2.5 Uma Breve Digressão: os Efeitos sobre a Base de Contribuição Previdenciária

Um ponto que permeia sistematicamente o debate acerca da informalidade é o argumento de que ela erode a base de arrecadação previdenciária, sendo uma das principais causas do crescimento contínuo do déficit da previdência. Não há como contestar que as práticas informais no mercado de trabalho contribuem para diminuir a arrecadação da previdência, até porque a evasão de encargos é uma das razões para a sua existência. O que não parece razoável, dado que a informalidade não cresceu no plano nacional, é a segunda parte do diagnóstico citado anteriormente.

De fato, conforme mostrado na Tabela 3, a base de arrecadação previdenciária não caiu, tendo até aumentado ligeiramente de 51,2% em 1992 para 51,9% em 2003.¹⁶ À semelhança do ocorrido com o grau de informalidade, a queda na base de

15. Esse índice, descrito em Barros *et alii* (1997), representa a menor percentagem deste contingente em 2003 que teria de ser realocada para reconstituir a distribuição de 1992.

16. Na verdade, quando se incluem os trabalhadores não-remunerados no cálculo, os quais têm baixíssima taxa de contribuição e tiveram sua participação relativa diminuída, ocorre uma elevação de 46,1% para 48,7%.

arrecadação metropolitana, de 66,3% para 60,7%, foi compensada por um aumento na base nas áreas não-metropolitanas, de 44,0% para 47,6%.

TABELA 3
BASE DE ARRECADAÇÃO DA PREVIDÊNCIA
 [em %]

	1992	2003
Brasil	51,2	51,9
Metropolitano	66,3	60,7
Não-metropolitano	44,0	47,6
Mulheres	50,8	54,2
8 a 10 anos de estudo	65,3	51,6
11+ anos de estudo	80,9	74,0
Construção civil	40,9	28,9
Serviços	49,6	54,9
Autônomos	19,1	14,4
Sem carteira	5,4	8,9

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs de 1992 a 2003.

A tese de que o processo de terciarização, deflagrado pela abertura econômica da década anterior, contribuiu para tornar mais precária a ocupação dos trabalhadores autônomos parece encontrar respaldo na diminuição do percentual deles para a previdência, passando de 19,1% em 1992 para 14,4% em 2003. Em contrapartida, houve um aumento dessa percentagem entre os assalariados sem carteira de trabalho assinada, que passou de 5,4% para 8,9% nesse mesmo período. Embora não esteja no escopo deste trabalho entender a razão de ser desse crescimento, vale lembrar a posição defendida por alguns especialistas de que a satisfação de parte dos direitos dos trabalhadores sem carteira, muitas vezes, é atendida nas negociações com os empregadores.

Dentre os setores de atividade econômica, dois foram selecionados por apresentarem variações mais importantes. O primeiro foi a construção civil, onde foi observado o maior encolhimento da base de contribuição, que passou de 40,9% em 1992 para 28,9% em 2003, o que significa uma queda de 12 p.p. O segundo foi o setor de serviços que, possivelmente por conta de uma migração mais intensiva em trabalhadores com alto nível de escolaridade, até mesmo na condição de empregadores (caso de profissionais liberais com pequenos escritórios ou similar), apresenta o maior aumento no período, pouco acima de 5 p.p. (de 49,6% para 54,9%).

A Tabela 3 também mostra um crescimento do percentual de contribuintes entre as mulheres que se encontrava ligeiramente abaixo da média em 1992 e ficou 2,3 p.p. acima dela na PNAD mais recente. Por fim, outra observação digna de nota é que, apesar da corrosão da base de contribuição entre os trabalhadores com 11 ou mais anos de escolaridade (de 80,9% para 74,0%), o diferencial deles em relação ao

segundo grupo que mais contribui, aqueles com entre 8 e 10 anos de estudo, aumentou de 17,4 p.p. para 23,8 p.p.

2.3 APANHADO GERAL SOBRE A QUESTÃO DA INFORMALIDADE NO PLANO NACIONAL

O conjunto de informações levantado a partir do processamento dos dados primários das PME e PNADs permite uma visão bastante mais detalhada, e esclarecedora, da evolução da informalidade do que aquela que, no mais das vezes, prevalece em vários segmentos da sociedade, inclusive entre estudiosos do mercado de trabalho. A razão disso, como levantado na introdução, é que a visão corrente é bastante influenciada pelos dados conjunturais da PME, que retratam bastante bem o comportamento dos mercados de trabalho metropolitanos, mas não necessariamente o seu funcionamento no plano nacional. A utilização dos dados das PNADs permite abordar, de forma mais completa, a questão e, como resultado, esclarecer melhor alguns pontos tão enraizados na visão das pessoas que, em certo sentido, podem ser encarados como mitos.

O primeiro, e mais importante deles, diz respeito à noção bastante disseminada de que a informalidade cresceu muito nos anos 1990. Em que pesem as dificuldades de se estabelecer um conceito inequívoco de informalidade, o fato é que não há evidências de que isso tenha acontecido no plano nacional: no conceito mais restrito, a informalidade não cresceu quando se comparam os anos de 1992 e 2003, tendo ficado relativamente estável ao longo do período; no mais abrangente, que inclui os trabalhadores não-remunerados entre o contingente de informais, houve até uma redução de 2 p.p. de ponta a ponta.

Quando se limita a análise da evolução da informalidade às RMs, usando os dados das PNADs, o que se obtém é uma confirmação das tendências mais preocupantes apontadas pela PME, que revelam um crescimento acentuado do grau de informalidade. Esse crescimento, todavia, é compensado, ou mais, pela difusão de práticas trabalhistas ao abrigo da legislação nas áreas não-metropolitanas. Assim, as indicações alarmantes da PME refletem bem a realidade dos mercados de trabalho metropolitanos, mas não podem ser estendidas para o mercado de trabalho nacional como um todo.

Um outro ponto que fica mais bem esclarecido, e aí a partir dos dados da própria PME, é que ao contrário daquilo que é muitas vezes aceito como verdadeiro, o crescimento da informalidade metropolitana parece estar pouco relacionado com a realocação setorial da força de trabalho ocupada, ditada mormente pelo processo de terciarização que marcou a década anterior. É fato que o setor de serviços, caracterizado por uma grande incidência de vínculos informais, cresceu em termos relativos no meio metropolitano, enquanto a indústria, segmento que se diferencia pela alta incidência de postos de trabalho formais, encolheu em termos absolutos e relativos nessas áreas. A direção desse efeito é óbvia: atua no sentido de aumentar o grau de informalidade. A sua intensidade explica, no entanto, apenas cerca de 26% do aumento observado. Mais importante parece ter sido um aumento generalizado das práticas informais — o grau de informalidade triplicou na indústria no período — que aponta para a disseminação de uma, por assim dizer, “cultura da informalidade” no meio metropolitano.

Um terceiro aspecto que merece ser destacado é que a propalada corrosão da base de arrecadação da previdência não ocorreu. Até mesmo como decorrência do fato de a própria informalidade não ter crescido, ela não pode ter causado um encolhimento da base de arrecadação. De fato, esta ficou estável no plano nacional — tendo até crescido 2,6 p.p. quando o universo de análise engloba também os trabalhadores não-remunerados — como decorrência de uma expansão nas áreas não-metropolitanas que compensou a sua erosão no meio metropolitano.

O fato de o grau de informalidade ter ficado constante no mercado de trabalho nacional se, por um lado, tem uma certa conotação de alívio, por outro não encerra necessariamente boas notícias. Isso porque o patamar de estabilidade é bastante elevado, de tal sorte que pouco mais da metade da força de trabalho ocupada está inserida no setor informal e, além de não haver queda no agregado, é significativo o crescimento das práticas informais no âmbito das RMs.

É importante ter clara a gravidade da situação, até porque algumas vezes a informalidade é defendida como “uma solução, e não um problema”. Vale destacar aqui, boa parte da informalidade — o assalariamento sem carteira — é, na verdade, ilegalidade, visando ao não-pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo — o outro componente do contingente de trabalhadores do setor informal — no mais das vezes sinônimo de trabalho precário, é uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos com um mínimo de qualidade em quantidade suficiente, e com características adequadas aos seus atributos/dotações/habilidades. Nesses termos, é difícil aceitar a tese da informalidade como solução. Mais apropriado, parece, seria caracterizá-la, ao menos em parte, como reveladora da gravidade do funcionamento deficiente do mercado de trabalho.

Outro aspecto que merece ser destacado é que a estabilidade do grau de informalidade no período se deve a uma convergência que não representa propriamente o processo ideal: os segmentos socioeconômico-geográficos com maior incidência de informalidade apresentam, em geral, alguma melhora, enquanto os núcleos que tradicionalmente tiveram um melhor desempenho nesse particular, alguns sendo até reputados como redutos de empregos de qualidade, experimentaram uma deterioração.¹⁷ A melhora nas áreas não-metropolitanas, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, nos segmentos agrícola e de comércio, é, sem dúvida, bem-vinda. Melhor seria, todavia, se ela não viesse acompanhada de aumentos não-desprezíveis na informalidade nas RMs e na indústria, entre outros segmentos.

Por isso, a estabilidade da informalidade, por meio de uma “convergência indesejável” e se mantendo em níveis elevados, torna a questão bastante grave e merecedora de preocupação. A implementação de reformas nas instituições que regem o mercado de trabalho — sindical, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da Justiça do Trabalho —, de modo a torná-lo mais flexível e gerar incentivos para a geração de postos de trabalho protegidos e de qualidade é, assim, imperativa e urgente.

17. É claro que há uma certa tautologia aqui. Isso, todavia, não invalida o cerne do argumento.

ANEXO 1

A RELAÇÃO ENTRE COMPOSIÇÃO SETORIAL E INFORMALIDADE

Um primeiro exercício, e o mais natural deles, visando estimar a importância das mudanças na estrutura setorial para “explicar” a variação na informalidade passa pela busca da resposta à seguinte questão: *qual seria o grau de informalidade hoje caso apenas a estrutura setorial tivesse mudado?* Isto é, se o grau de informalidade no interior dos setores tivesse permanecido inalterado.

A busca da resposta a essa pergunta pode ser iniciada a partir da constatação de que, em qualquer instante do tempo, o grau de informalidade do mercado de trabalho pode ser obtido com a soma dos produtos, dentro de cada setor, do grau de informalidade participação do setor na ocupação total. Ou seja:

$$GI_t \equiv \sum_i GI_{it} \cdot PES_{it}$$

onde:

GI_t = grau de informalidade no instante t ;

GI_{it} = grau de informalidade do setor i no instante t ; e

PES_{it} = participação do setor i no emprego total no instante t .

Uma forma alternativa de ler a expressão anterior é: o grau de informalidade do mercado de trabalho em um momento qualquer é dado pela média dos graus de informalidade de cada setor, onde os respectivos pesos nada mais são que a participação de cada setor no emprego total. Com isso, a resposta à questão anterior torna-se trivial:

$$GI_t^* = \sum_i GI_{it-1} \cdot PES_{it}$$

onde GI_t^* é o grau de informalidade que prevaleceria no instante t (2002), caso apenas a estrutura setorial do emprego tivesse mudado, com o grau de informalidade dentro dos setores permanecendo igual ao do instante $t-1$ (1991).

Assim, a contribuição da estrutura setorial da ocupação $CES_{t,t-1}$ para explicar a variação do grau de informalidade do mercado de trabalho entre os instantes t e $t-1$ seria dada por:

$$CES_{t,t-1} = \frac{(GI_t^* - GI_{t-1})}{(GI_t - GI_{t-1})}$$

Este exercício é desenvolvido com os dados de 1991 e 2002 relativos ao setor de serviços, à indústria de transformação e ao conjunto dos demais setores, de forma a destacar as mudanças ocorridas nos dois primeiros. Conforme pode ser visto na Tabela A1.1, que apresenta o conjunto de dados utilizados, a contribuição das mudanças de tamanho da indústria e de serviços, apesar de não-desprezível, explica relativamente pouco da variação na informalidade — 26,6%.

TABELA A1.1
EFEITO DA REALOCAÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO SOBRE A INFORMALIDADE — 1991-2002

Ano	Setor						
	Estrutura Ocupacional			Informalidade			
	Indústria	Serviços	Outros	Indústria	Serviços	Outros	Total
1991	0,222	0,357	0,421	0,157	0,527	0,442	0,409
2002	0,159	0,428	0,413	0,286	0,537	0,542	0,500
Efeito realocação setorial							26,6 %

A razão para essa contribuição não ser mais elevada reside justamente no fato de a informalidade ter crescido no interior da indústria de transformação. Na verdade, os números da Tabela A1.1 revelam que, em termos relativos, a informalidade cresceu mais nesse segmento do que no mercado de trabalho metropolitano como um todo. Uma outra forma de explicar esse ponto é que o fato de a indústria ter reduzido sua participação na ocupação total fez com que fossem “criados” menos postos de trabalho informais do que se ela tivesse mantido tal participação, *caeteris paribus*, mas, ainda assim, o número de postos dessa natureza cresceu em termos absolutos dentro da indústria, pois o aumento da informalidade mais do que compensou o encolhimento do setor: conforme apresentado na Tabela A1.2, a ocupação na indústria diminuiu de 3,35 milhões de trabalhadores em 1991 para 2,80 milhões em 2002; já o número de postos de trabalho com vínculo informal subiu de 0,53 para 0,80 milhão no mesmo intervalo de tempo.

De acordo com essa abordagem, a Tabela A1.2 apresenta um exercício alternativo para “contabilizar” a contribuição da indústria e serviços para o aumento da informalidade. Primeiro, podemos observar que, entre 1991 e 2002, foram gerados, em termos líquidos, 2,57 milhões de ocupações, mas o número de vínculos informais cresceu mais que isso — 2,65 milhões.¹⁸ Segundo, o setor de serviços abrigou 2,17 milhões de trabalhadores a mais que em 1991, sendo que cerca de 60% — 1,23 milhão — através de vínculos informais. Terceiro, como frisado no parágrafo anterior, a ocupação na indústria encolheu, mas o número absoluto de postos de trabalho informais *cresceu*. Em resumo, concentrando a atenção nos números absolutos, vemos que os setores da indústria e serviços respondem, em conjunto, por 56,7% dos postos de trabalho informais criados entre 1991 e 2002.

18. Ou seja, diminuiu o número de vínculos formais no mercado de trabalho metropolitano.

TABELA A1.2
GERAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO INFORMAIS — 1991-2002

Ano	Setor							
	Nível da ocupação total (milhões)				Ocupações informais (milhões)			
	Indústria	Serviços	Outros	Total	Indústria	Serviços	Outros	Total
1991	3,35	5,38	6,35	15,08	0,53	2,83	2,81	6,17
2002	2,80	7,55	7,37	17,65	0,80	4,06	3,96	8,82
Variação	-0,55%	2,17%	0,95%	2,57%	0,27	1,23	1,15	2,65
Contribuição (%)					10,4	46,3	43,3	

ANEXO 2

BASE DE DADOS

TABELA A2.1
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO
[em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	39,74	41,01	43,58	44,83	45,56	47,10	48,24	48,06	49,29	50,25	50,00	49,87
Fevereiro	40,05	41,85	43,46	44,94	45,31	46,56	47,38	48,02	49,85	50,55	49,51	49,65
Março	40,63	42,17	43,83	44,78	45,29	46,57	47,69	48,25	49,92	51,16	50,01	50,15
Abril	40,70	42,94	43,94	44,88	45,33	47,19	48,02	48,34	49,72	51,53	49,72	49,62
Mai	41,73	43,24	44,15	44,87	45,65	47,54	47,94	48,28	49,47	51,23	50,14	49,92
Junho	41,56		43,72	44,85	45,39	47,81	47,63	48,05	49,93	50,88	49,85	49,97
Julho	41,22		43,35	45,08	45,46	48,20	47,87	48,33	49,85	50,81	49,65	50,04
Agosto	41,26	43,09	43,87	45,82	46,45	48,01	47,48	49,06	49,68	51,25	50,08	49,84
Setembro	41,00	43,46	43,77	46,07	46,35	47,99	48,08	48,84	49,99	51,05	50,02	50,26
Outubro	40,86	44,01	43,83	45,93	46,62	47,98	48,55	49,35	50,29	50,86	50,43	50,48
Novembro	41,12	44,66	45,00	46,92	47,47	48,12	48,82	49,18	50,49	50,51	50,93	49,92
Dezembro	41,02	44,43	44,69	45,75	47,53	47,68	49,22	49,25	50,56	50,35	50,22	50,04
Média	40,91	43,09	43,93	45,39	46,03	47,56	48,08	48,59	49,92	50,87	50,04	49,98

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.2
ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	22,58	21,51	20,34	19,94	20,09	18,39	17,90	17,10	16,27	16,22	16,23	15,90
Fevereiro	21,92	21,18	20,19	19,90	20,32	18,29	17,68	17,06	15,92	15,87	16,19	15,73
Março	21,90	20,83	20,37	19,62	20,53	18,46	17,71	17,31	16,24	16,18	16,08	15,65
Abril	21,89	20,80	20,54	19,84	20,10	18,55	17,73	17,03	16,25	16,38	16,38	16,08
Mai	22,23	20,33	20,29	19,70	19,63	18,46	17,73	17,22	16,35	15,94	16,29	15,97
Junho	22,36		20,47	19,66	19,51	18,24	17,53	16,83	16,36	16,09	16,17	16,04
Julho	22,49		20,48	19,51	19,40	17,99	17,42	16,37	16,09	15,97	16,06	15,98
Agosto	22,60	20,40	20,26	19,27	18,98	18,07	17,08	16,35	16,12	16,14	16,13	16,04
Setembro	22,66	20,26	20,21	19,73	18,95	18,06	17,30	16,35	16,14	15,90	16,07	15,91
Outubro	22,20	20,29	19,86	19,68	19,07	18,23	17,59	16,44	16,09	16,13	16,15	15,75
Novembro	21,79	20,13	19,92	19,98	18,86	18,09	17,35	16,30	16,31	16,29	15,80	15,70
Dezembro	21,77	19,67	19,89	20,00	18,66	18,03	16,81	16,21	16,33	15,74	15,76	15,52
Média	22,20	20,54	20,23	19,74	19,51	18,24	17,49	16,72	16,21	16,07	16,11	15,86

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.3
ESTRUTURA SETORIAL DA OCUPAÇÃO — SERVIÇOS
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	35,32	36,00	36,34	37,72	37,81	38,96	39,81	40,96	41,62	41,85	42,18	42,80
Fevereiro	35,84	36,39	36,61	37,34	37,89	39,57	39,80	40,92	41,78	42,24	42,16	43,05
Março	35,74	36,31	36,80	37,64	37,83	39,24	39,90	41,28	41,53	41,55	41,88	43,06
Abril	35,62	36,36	37,22	37,50	37,80	39,16	39,81	41,14	41,43	41,22	41,80	43,22
Mai	35,84	37,29	37,25	37,62	38,24	39,65	40,16	40,65	41,69	41,72	42,09	42,75
Junho	35,63		36,98	38,16	39,07	39,65	39,91	40,82	41,51	41,52	41,62	42,38
Julho	35,38		36,75	37,69	39,07	39,60	40,41	41,22	41,86	42,11	42,10	42,15
Agosto	35,46	36,20	36,80	37,71	39,19	39,70	40,48	41,43	41,79	41,83	41,79	42,10
Setembro	35,65	36,41	37,21	37,63	38,87	40,04	40,56	41,62	41,95	42,28	42,04	42,73
Outubro	35,82	36,65	37,59	37,54	39,17	39,94	40,48	41,73	41,72	42,02	42,16	42,92
Novembro	35,86	37,12	37,72	37,82	38,99	39,85	40,60	41,55	42,02	41,72	41,91	43,31
Dezembro	36,15	36,88	37,82	37,73	39,23	39,94	40,60	41,40	41,84	42,07	42,34	43,16
Média	35,69	36,56	37,09	37,68	38,60	39,61	40,21	41,23	41,73	41,84	42,01	42,80

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.4

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

[em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	15,41	21,51	19,23	19,75	20,64	22,04	24,71	24,50	26,23	30,19	27,46	26,84
Fevereiro	14,88	21,18	18,53	18,95	19,72	21,71	23,52	25,22	27,16	30,38	26,70	27,88
Março	16,17	20,83	18,60	18,95	20,57	22,32	23,44	26,14	26,05	29,93	27,97	27,74
Abril	15,43	20,80	19,54	18,68	19,74	22,71	22,66	25,55	26,56	31,44	28,59	28,46
Mai	16,07	20,33	17,65	18,62	18,76	22,35	23,73	26,12	26,08	30,47	28,83	28,47
Junho	16,48		17,55	18,05	18,72	22,72	24,34	24,76	26,43	29,94	27,83	29,32
Julho	15,76		17,42	19,13	18,74	23,07	24,09	24,91	27,39	29,24	26,98	29,64
Agosto	16,21	20,40	18,35	19,43	19,97	23,13	24,16	26,28	27,04	29,82	28,30	29,07
Setembro	16,01	20,26	18,50	20,09	19,67	24,20	24,87	26,31	28,49	29,09	28,67	29,84
Outubro	16,06	20,29	18,16	20,66	20,63	24,41	26,13	26,00	28,16	29,92	29,02	29,07
Novembro	15,21	20,13	19,45	22,43	21,96	24,35	25,77	27,64	30,08	29,75	28,73	28,92
Dezembro	14,51	19,67	20,12	21,54	22,12	24,13	24,96	26,40	31,01	28,48	28,50	27,81
Média	15,68	20,54	18,59	19,69	20,10	23,10	24,36	25,82	27,56	29,89	28,13	28,59

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.5

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE — SETOR DE SERVIÇOS

[em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	52,99	52,46	53,85	54,26	53,80	53,41	53,83	53,64	53,51	53,78	54,16	54,18
Fevereiro	52,48	53,11	53,82	53,99	54,12	53,28	53,27	53,28	54,29	53,85	53,87	53,60
Março	52,68	53,53	54,47	53,47	53,59	53,35	53,51	53,39	54,12	54,72	54,46	53,68
Abril	52,71	53,34	53,72	53,67	53,55	54,43	53,90	52,98	53,46	55,45	54,00	53,26
Mai	53,87	53,86	54,14	53,99	53,84	54,37	53,79	52,98	53,15	55,09	54,06	53,73
Junho	53,03		53,64	54,31	53,37	54,72	53,48	52,58	53,52	54,96	53,74	53,58
Julho	52,39		52,98	53,48	53,10	54,03	53,34	52,41	53,68	55,00	53,86	53,90
Agosto	52,05	53,97	53,88	54,32	53,98	54,07	52,66	53,05	52,88	55,63	54,33	53,64
Setembro	52,44	54,17	53,36	55,08	53,77	54,08	53,24	52,74	53,37	55,15	54,63	54,03
Outubro	52,00	54,46	53,15	54,51	53,76	54,15	53,76	53,86	53,50	54,92	54,81	54,28
Novembro	52,58	54,52	54,27	55,76	54,55	54,10	53,89	52,79	53,96	54,34	55,24	53,36
Dezembro	52,63	54,56	53,87	54,16	54,35	53,96	54,20	53,25	53,70	53,97	54,34	53,76
Média	52,65	53,80	53,76	54,25	53,82	54,00	53,57	53,08	53,60	54,74	54,29	53,75

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.1
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DE SÃO PAULO
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	35,46	36,78	40,08	40,42	41,29	44,26	45,95	45,58	47,21	48,08	48,26	48,29
Fevereiro	35,61	37,32	39,82	41,28	41,25	43,70	45,30	45,36	48,03	48,89	48,08	48,05
Março	36,61	37,70	40,37	41,20	41,53	43,66	45,94	46,08	48,33	50,01	48,48	48,64
Abril	36,65	39,07	40,09	40,95	42,10	44,55	46,19	46,49	47,07	50,50	48,42	47,83
Mai	38,07	38,83	40,21	40,54	41,87	44,63	46,02	46,15	46,80	50,20	48,94	48,56
Junho	36,65		39,15	39,80	40,82	44,79	45,81	45,36	47,12	49,65	48,39	48,10
Julho	37,22		38,73	40,74	41,23	45,88	45,92	45,85	48,01	49,57	47,84	47,97
Agosto	37,33	38,53	39,18	41,25	42,85	45,32	44,81	46,90	47,43	49,79	48,63	47,49
Setembro	36,57	39,15	39,32	41,98	43,13	45,47	45,47	45,96	47,84	49,75	49,07	48,24
Outubro	36,71	40,78	39,33	42,15	43,50	45,39	46,59	47,35	48,50	49,97	49,42	48,49
Novembro	37,17	41,41	40,81	43,72	45,13	45,85	46,39	47,50	48,38	48,95	50,03	47,99
Dezembro	36,79	42,07	40,20	41,69	44,94	45,54	47,24	47,35	48,45	48,71	48,65	48,66
Média	36,74	38,90	39,77	41,31	42,47	44,92	45,97	46,33	47,77	49,50	48,68	48,19

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.2
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DO RIO DE JANEIRO
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	44,20	45,59	48,38	50,88	50,80	50,77	51,96	52,18	53,63	54,87	54,19	54,54
Fevereiro	44,97	48,15	48,45	49,62	50,34	50,10	49,87	52,11	54,20	54,77	52,90	53,34
Março	45,33	48,28	48,77	49,14	49,44	49,59	49,89	52,46	54,01	55,17	53,89	53,93
Abril	44,51	48,60	49,25	49,53	49,26	50,87	50,44	51,79	54,59	55,49	53,45	53,36
Mai	45,66	49,14	50,34	50,17	49,85	51,48	50,98	51,93	53,75	55,36	54,16	53,89
Junho	47,34		49,43	49,97	50,71	52,27	50,90	52,71	55,16	54,32	54,00	54,51
Julho	46,02		47,97	49,95	50,37	52,29	50,88	52,79	53,60	54,09	53,82	54,26
Agosto	45,51	47,97	49,08	51,09	51,27	51,89	51,46	52,79	53,96	55,25	54,60	54,30
Setembro	45,53	48,24	48,83	50,87	50,66	51,30	52,15	53,59	54,59	54,93	53,72	54,58
Outubro	44,80	48,12	49,30	50,39	50,66	51,45	52,39	53,79	54,25	54,40	54,46	54,91
Novembro	44,95	49,10	50,39	51,10	50,84	51,36	53,11	52,57	54,85	54,90	54,48	54,16
Dezembro	45,68	48,02	50,03	50,47	50,71	50,35	52,96	52,86	54,59	53,77	54,28	53,87
Média	45,38	48,15	49,19	50,26	50,41	51,14	51,42	52,63	54,26	54,78	54,00	54,14

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.3

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DE BELO HORIZONTE

[em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	41,76	42,21	44,37	47,11	45,18	46,79	47,91	46,92	48,73	49,01	49,06	48,04
Fevereiro	42,60	43,03	44,45	46,73	45,31	46,82	48,23	47,54	48,48	49,18	47,35	48,77
Março	42,35	43,44	44,75	47,16	46,24	48,63	48,52	47,73	48,51	49,46	48,75	49,40
Abril	42,56	43,19	44,69	47,28	45,66	47,81	48,67	46,98	48,81	50,17	48,54	49,95
Mai	43,25	43,72	43,98	46,32	46,61	48,20	48,77	47,23	49,72	49,96	48,29	47,89
Junho	42,59		44,97	47,57	46,88	48,85	48,38	47,30	49,32	49,95	48,79	48,41
Julho	42,19		45,74	47,71	46,28	48,46	48,81	47,94	48,73	49,63	48,39	48,97
Agosto	42,50	44,71	45,92	46,68	46,09	48,54	48,50	49,03	50,09	49,65	47,55	49,62
Setembro	42,56	45,00	44,96	46,77	46,13	48,73	48,27	48,59	49,28	49,06	47,80	49,56
Outubro	43,16	43,94	45,22	45,79	46,82	48,15	47,18	48,36	50,25	49,63	47,67	49,73
Novembro	43,85	43,85	45,91	46,55	46,45	47,35	47,83	49,03	49,81	49,03	48,94	49,63
Dezembro	43,14	43,86	46,62	46,88	47,24	47,71	47,63	48,90	50,19	48,36	48,52	47,84
Média	42,71	43,81	45,13	46,88	46,24	48,00	48,22	47,96	49,33	49,43	48,30	48,98

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.4

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DE PORTO ALEGRE

[em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	38,29	40,31	40,64	42,27	42,98	44,50	44,45	46,47	46,71	47,21	46,22	45,39
Fevereiro	38,00	40,32	40,08	40,89	41,58	44,88	44,98	45,36	46,30	47,17	46,30	45,24
Março	38,96	40,83	41,48	40,83	41,49	45,54	45,58	45,32	46,65	46,87	46,04	44,88
Abril	39,19	40,77	41,50	41,34	41,33	45,03	45,13	45,34	46,23	47,23	45,75	45,80
Mai	39,62	41,12	40,97	40,84	42,48	45,29	44,93	45,22	45,58	46,81	45,19	45,98
Junho	39,42		40,79	41,44	42,63	45,48	44,33	45,21	45,31	47,28	45,23	46,33
Julho	39,55		41,41	41,62	43,35	45,55	44,67	45,23	46,13	46,91	46,71	47,64
Agosto	39,57	42,18	42,35	42,59	44,16	46,36	44,88	46,06	46,31	47,00	45,63	46,34
Setembro	39,28	41,75	41,56	43,23	44,24	46,02	44,77	46,26	46,22	47,36	45,09	47,99
Outubro	38,74	42,09	41,68	43,58	44,64	46,51	45,14	46,14	46,80	46,80	46,01	47,49
Novembro	39,67	42,59	41,95	43,96	43,50	46,08	45,13	45,72	47,63	46,45	47,21	46,39
Dezembro	39,22	41,12	41,87	42,69	44,76	44,98	46,02	46,37	47,74	47,37	46,53	46,68
Média	39,12	41,13	41,36	42,11	43,09	45,52	45,00	45,72	46,47	47,04	45,99	46,35

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.5
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DE RECIFE
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	47,64	48,85	53,14	52,49	58,11	56,82	57,55	54,51	56,48	57,95	54,22	55,67
Fevereiro	48,36	49,80	52,71	53,93	57,16	55,60	57,32	57,10	57,89	57,03	55,40	56,33
Março	48,98	49,82	53,59	53,66	57,08	55,80	56,18	56,99	57,41	57,16	55,47	56,64
Abril	49,24	51,50	54,29	54,95	56,87	56,75	56,54	58,82	59,46	57,67	54,56	55,59
Mai	50,07	53,94	53,15	56,67	56,59	56,13	55,19	57,77	59,24	56,25	55,73	55,96
Junho	50,52		54,45	57,77	57,21	56,39	54,09	57,35	59,53	57,43	54,85	55,63
Julho	50,41		54,77	56,74	55,80	55,00	54,65	56,80	58,44	57,26	55,99	56,37
Agosto	50,61	54,77	55,17	57,79	55,50	55,15	54,80	58,11	58,38	57,35	55,88	56,22
Setembro	51,46	54,98	56,15	56,90	54,79	56,36	56,17	58,85	58,38	57,40	55,58	56,31
Outubro	50,26	54,91	56,20	56,37	53,91	55,57	55,63	57,49	58,69	54,97	56,41	56,91
Novembro	49,30	55,96	54,86	56,39	56,61	56,55	55,90	56,92	58,73	54,98	55,87	56,21
Dezembro	49,37	55,45	54,47	57,01	56,74	56,85	56,29	57,42	58,82	57,08	55,70	56,44
Média	49,69	53,10	54,41	55,89	56,36	56,08	55,86	57,34	58,45	56,88	55,47	56,19

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.6.6
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NA RM DE SALVADOR
 [em %]

Mês	Ano											
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Janeiro	43,91	45,00	47,44	50,26	51,63	52,68	52,71	52,78	50,29	52,62	54,26	52,14
Fevereiro	43,78	42,91	46,51	51,73	51,73	51,40	51,96	51,16	51,00	53,20	53,40	53,12
Março	43,23	44,62	45,90	51,17	51,61	51,08	51,81	50,36	51,09	53,63	53,24	53,73
Abril	45,52	45,05	45,88	50,38	51,37	51,29	51,98	50,54	52,09	53,62	52,30	52,77
Mai	45,67	45,98	46,15	50,29	53,37	52,84	52,12	51,79	52,52	53,80	52,95	52,76
Junho	47,86		46,60	51,71	52,57	52,47	51,73	50,44	52,72	53,14	53,13	53,30
Julho	45,77		46,68	51,61	52,80	52,30	52,18	50,78	52,54	54,58	52,33	52,54
Agosto	46,16	46,64	46,49	53,15	52,49	53,08	51,42	51,25	50,87	54,86	52,96	53,38
Setembro	46,26	47,05	47,09	52,15	52,58	53,82	52,91	50,74	51,83	53,93	52,73	51,49
Outubro	45,75	46,13	47,45	52,65	52,87	53,49	53,13	50,62	51,34	53,85	52,69	52,11
Novembro	46,12	47,74	51,86	52,89	54,28	53,55	53,78	51,45	52,18	53,81	52,61	51,85
Dezembro	45,10	47,02	50,89	52,40	54,20	54,51	54,03	50,79	53,06	55,06	52,47	52,18
Média	45,43	45,89	47,41	51,70	52,63	52,71	52,48	51,06	51,79	53,84	52,92	52,61

Fonte: PME/IBGE.

TABELA A2.7
NÚMERO DE OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	61.229.427	62.390.584	65.386.630	64.299.685	65.576.717	66.139.771	69.181.057	71.658.869	74.110.709	74.980.277
Protegidos	24.018.947	24.131.810	25.256.506	25.346.978	25.567.610	25.649.052	26.346.927	28.584.891	29.483.247	30.581.461
Sem carteira	14.400.413	15.173.913	15.469.927	15.701.772	15.818.559	16.071.219	16.789.330	18.229.514	18.966.869	18.586.471
Conta-própria	14.137.357	14.359.267	15.657.203	15.125.561	15.740.607	16.066.471	17.003.134	16.832.995	17.401.393	17.709.344
Empregadores	2.399.348	2.361.613	2.731.620	2.485.283	2.794.804	2.851.180	2.988.792	3.183.746	3.317.510	3.323.943
Não-remunerados	6.247.580	6.330.621	6.256.855	5.601.125	5.645.157	5.473.826	6.042.647	4.814.993	4.933.166	4.775.933
Metropolitano	18.333.313	18.727.813	20.144.694	19.895.955	20.035.361	20.222.835	20.947.458	22.735.406	23.518.094	23.492.253
Protegidos	10.317.189	10.368.044	10.747.739	10.616.515	10.644.598	10.573.218	10.640.896	11.451.343	11.647.958	11.970.183
Sem carteira	3.379.325	3.577.663	3.896.979	4.116.270	4.123.469	4.104.094	4.462.270	5.176.088	5.501.332	5.275.256
Conta-própria	3.466.775	3.603.433	4.095.089	3.953.796	4.051.303	4.181.300	4.510.781	4.776.278	4.912.831	4.930.631
Empregadores	733.086	723.028	897.241	824.181	828.093	942.957	903.239	935.967	1.069.975	980.304
Não-remunerados	425.058	443.521	498.633	379.241	381.379	405.252	425.196	392.884	382.975	334.733
Não-metropolitano	42.896.114	43.662.771	45.241.936	44.403.730	45.541.356	45.916.936	48.233.599	48.923.463	50.592.615	51.488.024
Protegidos	13.701.758	13.763.766	14.508.767	14.730.463	14.923.012	15.075.834	15.706.031	17.133.548	17.835.289	18.611.278
Sem carteira	11.021.088	11.596.250	11.572.948	11.585.502	11.695.090	11.967.125	12.327.060	13.053.426	13.465.537	13.311.215
Conta-própria	10.670.582	10.755.834	11.562.114	11.171.765	11.689.304	11.885.171	12.492.353	12.056.717	12.488.562	12.778.713
Empregadores	1.666.262	1.638.585	1.834.379	1.661.102	1.966.711	1.908.223	2.085.553	2.247.779	2.247.535	2.343.639
Não-remunerados	5.822.522	5.887.100	5.758.222	5.221.884	5.263.778	5.068.574	5.617.451	4.422.109	4.550.191	4.441.200

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.8
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE
 [em %]

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Definição A										
Brasil	51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6	51,7
Metropolitano	38,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1
Não-metropolitano	58,5	59,2	58,6	58,1	58,1	58,4	58,2	56,4	56,4	55,5
Urbano	51,3	52,4	52,3	52,5	52,0	52,5	52,6	51,5	51,5	50,7
Rural	78,5	78,4	77,4	76,0	76,9	76,7	75,6	77,6	77,9	76,9
Definição B										
Brasil	56,8	57,5	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	55,7	55,7	54,8
Metropolitano	39,7	40,7	42,2	42,5	42,7	43,0	44,9	45,5	45,9	44,9
Não-metropolitano	64,2	64,7	63,9	63,1	62,9	63,0	63,1	60,4	60,3	59,3
Urbano	53,8	54,9	54,7	54,5	54,2	54,6	54,8	53,3	53,2	52,5
Rural	85,1	85,0	84,2	83,0	83,4	82,9	82,4	83,5	83,9	83,0
Definição C										
Brasil	37,5	38,6	38,0	38,3	38,2	38,5	38,9	38,9	39,1	37,8
Metropolitano	24,7	25,7	26,6	27,9	27,9	28,0	29,5	31,1	32,1	30,6
Não-metropolitano	44,6	45,7	44,4	44,0	43,9	44,3	44,0	43,2	43,0	41,7
Urbano	39,0	40,2	39,6	39,8	39,4	39,6	39,7	39,6	39,6	38,4
Rural	65,9	66,3	63,5	61,3	62,6	62,9	61,0	64,8	63,7	62,2

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

Definição A: (trabalhadores sem carteira + conta-própria)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria + empregadores).

Definição B: (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não-remunerados)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria + não-remunerados + empregadores).

Definição C: (trabalhadores sem carteira)/(trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira).

TABELA A2.9.1

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE — DEFINIÇÃO A

[em %]

Setor		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Total	Brasil	51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6	51,7
	Metropolitano	38,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1
	Não-metropolitano	58,5	59,2	58,6	58,1	58,1	58,4	58,2	56,4	56,4	55,5
Agricultura	Brasil	82,0	81,7	81,3	80,9	81,3	82,1	81,0	80,8	80,8	80,1
	Metropolitano	73,4	72,8	76,8	76,6	70,5	72,6	74,3	80,4	76,8	78,2
	Não-metropolitano	82,2	81,9	81,4	81,0	81,6	82,3	81,1	80,9	81,0	80,2
Indústria	Brasil	33,0	34,2	34,2	35,5	35,6	35,6	36,5	35,3	36,3	36,0
	Metropolitano	24,0	24,6	26,0	28,7	28,6	29,7	31,2	32,6	33,7	33,7
	Não-metropolitano	39,0	40,5	39,4	39,7	39,8	39,1	39,3	36,8	37,6	37,2
Serviços	Brasil	53,5	54,2	53,7	52,2	52,3	51,3	51,2	52,7	52,4	51,0
	Metropolitano	48,9	49,2	49,5	47,6	48,0	47,1	47,4	49,5	49,9	47,2
	Não-metropolitano	55,9	57,0	56,0	54,8	54,6	53,7	53,2	54,5	53,9	53,2
Comércio	Brasil	57,7	58,5	58,8	58,0	56,7	56,5	57,6	55,5	54,3	53,2
	Metropolitano	52,3	52,4	52,5	52,7	52,2	51,8	54,3	53,0	52,3	51,1
	Não-metropolitano	61,0	62,3	62,6	61,3	59,4	59,2	59,6	56,9	55,4	54,5
Construção	Brasil	65,7	68,1	70,1	71,7	71,5	74,2	74,9	73,4	73,0	74,5
	Metropolitano	57,8	61,8	64,7	65,6	67,6	68,1	69,6	70,1	68,7	70,8
	Não-metropolitano	70,2	71,4	73,2	74,8	73,5	77,0	77,4	75,0	75,2	76,3
Transportes	Brasil	37,1	37,2	39,5	42,2	43,1	44,8	47,0	47,5	48,7	48,4
	Metropolitano	27,2	26,1	29,1	31,7	33,6	34,0	35,8	38,2	38,6	40,2
	Não-metropolitano	44,7	45,9	47,6	50,0	50,7	52,9	55,3	54,3	56,2	54,4
Administração pública	Brasil	12,0	14,0	13,2	15,9	16,0	17,3	17,4	20,0	21,2	19,3
	Metropolitano	7,8	8,5	8,1	11,4	10,3	9,8	12,8	15,2	17,0	14,8
	Não-metropolitano	14,3	16,7	15,8	18,2	18,8	20,9	19,6	22,3	23,2	21,4
Outras atividades	Brasil	35,2	37,2	38,8	39,3	40,2	40,4	41,6	41,3	42,1	41,7
	Metropolitano	27,3	28,6	31,1	33,1	33,4	33,5	35,8	36,4	37,5	37,2
	Não-metropolitano	44,1	46,7	47,2	46,2	47,5	48,2	48,0	46,9	46,9	46,3

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.9.2

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE — DEFINIÇÃO B

Setor		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Total	Brasil	56,8	57,5	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	55,7	55,7	54,8
	Metropolitano	39,7	40,7	42,2	42,5	42,7	43,0	44,9	45,5	45,9	44,9
	Não-metropolitano	64,2	64,7	63,9	63,1	62,9	63,0	63,1	60,4	60,3	59,3
Agricultura	Brasil	87,8	87,7	87,3	87,0	87,1	87,6	87,0	86,2	86,2	85,5
	Metropolitano	79,8	79,7	82,5	81,8	76,0	78,4	80,2	83,8	80,3	81,1
	Não-metropolitano	88,0	87,9	87,5	87,1	87,3	87,8	87,1	86,2	86,3	85,6
Indústria	Brasil	35,0	36,0	35,8	37,1	37,3	37,1	38,2	36,8	37,6	37,4
	Metropolitano	25,0	25,7	27,1	29,5	29,4	30,4	32,2	33,5	34,6	34,4
	Não-metropolitano	41,6	42,6	41,2	41,7	41,9	40,9	41,4	38,5	39,2	38,9
Serviços	Brasil	53,9	54,5	54,1	52,5	52,6	51,8	51,6	53,1	52,9	51,3
	Metropolitano	49,4	49,6	49,9	48,0	48,3	47,7	47,9	49,9	50,4	47,5
	Não-metropolitano	56,3	57,2	56,4	55,0	55,0	54,1	53,6	54,9	54,3	53,5
Comércio	Brasil	60,7	61,6	61,7	60,5	59,6	59,3	60,4	57,7	56,5	55,5
	Metropolitano	54,4	54,4	54,7	54,5	54,0	53,5	55,8	54,5	53,8	52,3
	Não-metropolitano	64,4	65,9	65,7	64,2	62,7	62,5	62,9	59,5	58,0	57,2
Construção	Brasil	66,2	68,5	70,6	72,1	71,8	74,5	75,2	73,7	73,3	74,7
	Metropolitano	58,3	62,2	65,2	66,0	67,8	68,5	69,9	70,4	68,9	70,9
	Não-metropolitano	70,8	71,8	73,7	75,2	73,9	77,3	77,7	75,4	75,5	76,5
Transportes	Brasil	37,8	37,8	40,0	42,7	43,6	45,3	47,5	47,9	49,1	48,8
	Metropolitano	27,5	26,5	29,4	31,9	33,9	34,4	35,9	38,5	39,0	40,6
	Não-metropolitano	45,6	46,6	48,3	50,6	51,3	53,5	56,0	54,8	56,6	54,8
Administração pública	Brasil	12,2	14,2	13,3	16,0	16,2	17,5	17,6	20,3	21,3	19,4
	Metropolitano	7,8	8,7	8,1	11,4	10,5	10,2	12,9	15,5	17,0	14,8
	Não-metropolitano	14,5	16,9	15,9	18,4	19,1	21,0	19,9	22,6	23,4	21,6
Outras atividades	Brasil	38,6	41,0	42,4	42,1	43,1	43,3	44,7	43,7	44,2	43,7
	Metropolitano	29,3	31,1	33,7	34,6	35,2	35,2	37,6	37,5	38,5	38,4
	Não-metropolitano	48,4	51,3	51,7	50,0	51,3	51,9	52,1	50,2	49,8	49,0

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.9.3

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE — DEFINIÇÃO C

Setor		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Total	Brasil	37,5	38,6	38,0	38,3	38,2	38,5	38,9	38,9	39,1	37,8
	Metropolitano	24,7	25,7	26,6	27,9	27,9	28,0	29,5	31,1	32,1	30,6
	Não-metropolitano	44,6	45,7	44,4	44,0	43,9	44,3	44,0	43,2	43,0	41,7
Agricultura	Brasil	75,2	74,0	72,6	70,7	71,2	72,3	70,0	71,6	70,5	70,0
	Metropolitano	66,7	65,0	73,4	72,5	63,5	67,7	65,0	75,0	66,6	66,3
	Não-metropolitano	75,5	74,2	72,6	70,6	71,4	72,4	70,2	71,5	70,6	70,1
Indústria	Brasil	20,2	21,6	20,7	22,6	22,9	22,4	23,3	22,4	23,5	22,3
	Metropolitano	14,4	14,9	15,0	18,3	18,4	18,9	20,4	20,8	21,7	21,1
	Não-metropolitano	24,6	26,4	24,7	25,5	25,9	24,6	25,0	23,3	24,4	23,0
Serviços	Brasil	48,3	49,3	48,9	47,6	47,8	46,6	46,3	48,3	48,2	46,6
	Metropolitano	42,6	43,0	43,5	42,0	42,3	41,1	41,4	43,7	44,5	41,9
	Não-metropolitano	51,3	52,7	51,8	50,6	50,8	49,5	48,9	50,9	50,3	49,3
Comércio	Brasil	36,8	38,2	37,4	37,7	36,2	35,7	38,0	36,1	36,1	34,4
	Metropolitano	30,6	30,9	29,4	31,3	30,4	29,5	32,7	31,8	33,1	30,1
	Não-metropolitano	40,8	43,2	42,8	42,1	40,1	39,7	41,4	38,6	38,0	36,9
Construção	Brasil	45,2	51,1	50,6	52,6	53,0	58,9	59,4	58,0	55,5	56,5
	Metropolitano	32,0	36,1	39,4	39,7	44,2	44,6	45,9	49,0	47,2	48,1
	Não-metropolitano	53,1	58,1	56,8	58,8	57,4	64,8	65,4	62,2	59,6	60,6
Transportes	Brasil	18,4	18,0	19,5	22,4	23,5	23,1	25,0	26,1	26,4	26,4
	Metropolitano	11,1	10,8	13,6	15,2	17,1	16,3	19,4	21,2	21,5	21,9
	Não-metropolitano	24,7	24,8	25,2	28,8	29,7	29,4	30,6	30,5	31,0	30,3
Administração pública	Brasil	11,9	14,0	13,2	15,9	15,9	17,2	17,3	20,0	21,2	19,3
	Metropolitano	7,8	8,5	8,1	11,4	10,3	9,8	12,8	15,2	17,0	14,8
	Não-metropolitano	14,2	16,7	15,8	18,2	18,7	20,8	19,5	22,3	23,2	21,4
Outras atividades	Brasil	21,4	22,9	24,2	25,4	25,0	26,5	26,1	27,9	28,5	27,7
	Metropolitano	15,4	16,3	18,4	20,6	19,1	21,1	21,3	23,9	24,6	24,6
	Não-metropolitano	29,1	31,3	31,6	31,6	32,3	33,4	32,2	32,9	33,0	31,3

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.10.1
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR RMs E GRANDES REGIÕES — DEFINIÇÃO A
 [em %]

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	51,9	52,7	52,7	52,6	52,7	53,0	53,5	52,5	52,6	51,7
Metropolitano	38,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1
Não-metropolitano	58,5	59,2	58,6	58,1	58,1	58,4	58,2	56,4	56,4	55,5
Urbano	51,3	52,4	52,3	52,5	52,0	52,5	52,6	51,5	51,5	50,7
Rural	78,5	78,4	77,4	76,0	76,9	76,7	75,6	77,6	77,9	76,9
Metrópoles da PNAD	38,3	39,3	40,7	41,4	41,6	41,8	43,7	44,6	45,0	44,1
Metrópoles da PME	36,8	38,2	39,7	40,6	40,6	41,1	43,1	43,7	44,3	43,4
Belo Horizonte	38,7	40,6	40,0	40,5	41,1	39,3	41,3	42,0	41,6	42,2
Porto Alegre	35,8	36,3	37,9	39,1	39,4	41,5	42,1	41,6	41,0	41,2
Recife	46,6	48,2	51,6	49,4	49,4	47,9	51,6	51,2	50,7	51,7
Rio de Janeiro	38,8	40,4	39,5	40,8	40,9	41,0	43,1	44,3	44,6	42,9
Salvador	44,3	43,4	47,9	44,8	43,6	45,8	48,7	49,6	49,8	49,8
São Paulo	32,8	34,5	36,9	38,8	38,7	39,7	41,5	41,9	43,6	42,1
Outras metrópoles	45,8	45,2	46,1	45,2	46,6	45,5	46,9	48,7	48,3	47,2
Belém	51,2	52,0	53,1	55,9	56,6	56,4	56,0	56,9	60,9	59,9
Curitiba	38,5	36,5	39,6	40,5	40,0	39,8	41,5	43,2	41,8	40,3
Distrito Federal	39,2	37,4	37,8	36,2	39,9	36,3	38,3	38,9	38,0	36,5
Fortaleza	56,0	56,9	56,3	53,2	55,4	54,9	56,2	57,2	55,6	54,7
Grandes regiões										
Norte	59,7	61,4	61,3	60,9	62,5	63,3	62,3	61,8	63,0	61,3
Nordeste	68,6	69,6	69,1	67,3	68,4	68,8	69,2	67,8	67,8	66,8
Sudeste	42,7	43,9	44,2	44,8	44,7	44,8	45,9	44,8	45,2	44,5
Sul	47,4	47,3	47,1	48,5	47,0	47,8	47,2	46,8	46,4	45,9
Centro-Oeste	57,6	56,4	56,7	56,2	55,6	53,9	55,0	54,0	52,9	51,4

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.10.2
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UF — DEFINIÇÃO A
 [em %]

Ufs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Acre	50,6	49,2	46,2	50,6	52,3	49,5	49,4	55,3	59,5	59,4
Alagoas	59,2	60,3	60,6	56,6	56,6	60,9	60,5	65,2	61,2	62,2
Amapá	51,0	48,4	52,4	50,8	61,1	54,3	57,5	48,5	55,1	60,5
Amazonas	51,7	55,7	54,5	54,5	57,3	58,8	59,1	56,5	57,0	54,0
Bahia	69,9	69,3	69,0	67,5	69,7	69,6	70,0	68,7	68,5	67,2
Ceará	70,2	72,6	71,7	69,3	71,1	71,0	71,3	70,5	69,4	68,9
Distrito Federal	39,2	37,4	37,8	36,2	39,9	36,3	38,3	38,9	38,0	36,5
Espírito Santo	57,7	56,2	54,6	55,0	56,4	56,3	54,7	50,7	51,0	52,7
Goiás	63,0	62,5	63,5	62,5	59,2	59,4	58,8	57,8	57,4	55,4
Maranhão	81,0	81,2	82,9	81,4	80,8	83,4	80,7	78,8	78,1	74,7
Mato Grosso	63,7	62,7	60,1	62,7	61,5	57,1	61,1	60,3	57,1	56,8
Mato Grosso do Sul	55,7	52,9	54,8	52,9	54,9	53,8	54,8	52,2	51,9	49,9
Minas Gerais	54,6	55,5	54,2	53,3	53,2	51,7	53,6	51,4	50,6	50,4
Pará	63,1	64,8	66,7	67,0	66,2	69,3	68,1	64,7	66,0	64,8
Paraíba	65,8	69,9	64,9	65,6	65,2	64,8	63,4	64,3	66,5	64,1
Paraná	51,5	52,3	51,0	51,1	49,8	50,6	50,9	49,3	48,4	47,4
Pernambuco	62,0	64,6	64,1	61,5	61,4	61,4	64,4	61,6	62,2	62,0
Piauí	74,8	71,3	73,4	73,0	75,6	74,9	76,8	74,5	75,7	74,7
Rio de Janeiro	40,9	42,1	41,9	42,8	42,9	42,9	44,5	45,4	46,0	44,5
Rio Grande do Norte	64,0	64,9	62,6	60,1	63,3	60,9	60,8	57,9	58,7	59,0
Rio Grande do Sul	45,8	45,0	46,3	47,1	46,3	46,7	46,4	47,8	47,5	47,1
Rondônia	52,5	52,3	52,7	46,8	52,3	48,8	45,9	52,9	52,4	52,4
Roraima	48,2	51,8	56,9	60,5	48,0	53,5	54,1	72,1	79,1	70,2
Santa Catarina	43,2	43,2	41,7	46,6	43,3	44,9	42,4	40,7	41,2	41,0
São Paulo	36,8	38,2	39,8	40,8	40,5	41,4	42,1	41,2	42,0	41,2
Sergipe	62,8	61,3	63,6	60,5	60,9	63,0	62,8	58,9	62,1	61,7
Tocantins	76,1	76,0	72,9	72,1	75,7	72,9	71,4	71,1	71,6	66,8

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.10.3

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UFs E RMs — DEFINIÇÃO A

[em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Bahia	69,9	69,3	69,0	67,5	69,7	69,6	70,0	68,7	68,5	67,2
Metropolitano	44,3	43,4	47,9	44,8	43,6	45,8	48,7	49,6	49,8	49,8
Não-metropolitano	78,0	77,5	76,3	75,4	78,2	77,3	77,5	75,9	75,3	73,6
Ceará	70,2	72,6	71,7	69,3	71,1	71,0	71,3	70,5	69,4	68,9
Metropolitano	56,0	56,9	56,3	53,2	55,4	54,9	56,2	57,2	55,6	54,7
Não-metropolitano	80,7	83,5	83,2	81,3	82,9	83,2	82,1	80,5	80,2	79,3
Distrito Federal	39,2	37,4	37,8	36,2	39,9	36,3	38,3	38,9	38,0	36,5
Metropolitano	39,2	37,4	37,8	36,2	39,9	36,3	38,3	38,9	38,0	36,5
Não-metropolitano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	54,6	55,5	54,2	53,3	53,2	51,7	53,6	51,4	50,6	50,4
Metropolitano	38,7	40,6	40,0	40,5	41,1	39,3	41,3	42,0	41,6	42,2
Não-metropolitano	59,3	60,1	58,8	57,4	57,2	55,7	57,7	54,6	53,8	53,3
Pará	63,1	64,8	66,7	67,0	66,2	69,3	68,1	64,7	66,0	64,8
Metropolitano	51,2	52,0	53,1	55,9	56,6	56,4	56,0	56,9	60,9	59,9
Não-metropolitano	70,5	72,3	73,8	73,1	71,0	75,5	73,6	70,2	69,6	68,5
Paraná	51,5	52,3	51,0	51,1	49,8	50,6	50,9	49,3	48,4	47,4
Metropolitano	38,5	36,5	39,6	40,5	40,0	39,8	41,5	43,2	41,8	40,3
Não-metropolitano	56,1	57,8	55,4	55,4	53,8	55,0	54,9	52,0	51,3	50,5
Pernambuco	62,0	64,6	64,1	61,5	61,4	61,4	64,4	61,6	62,2	62,0
Metropolitano	46,6	48,2	51,6	49,4	49,4	47,9	51,6	51,2	50,7	51,7
Não-metropolitano	72,8	76,1	74,0	71,7	70,8	71,5	74,3	70,6	72,1	70,4
Rio de Janeiro	40,9	42,1	41,9	42,8	42,9	42,9	44,5	45,4	46,0	44,5
Metropolitano	38,8	40,4	39,5	40,8	40,9	41,0	43,1	44,3	44,6	42,9
Não-metropolitano	47,8	47,9	49,8	49,2	49,3	49,0	49,2	48,8	50,0	49,1
Rio Grande do Sul	45,8	45,0	46,3	47,1	46,3	46,7	46,4	47,8	47,5	47,1
Metropolitano	35,8	36,3	37,9	39,1	39,4	41,5	42,1	41,6	41,0	41,2
Não-metropolitano	51,0	49,6	50,8	51,4	50,0	49,5	48,8	51,7	51,5	50,8
São Paulo	36,8	38,2	39,8	40,8	40,5	41,4	42,1	41,2	42,0	41,2
Metropolitano	32,8	34,5	36,9	38,8	38,7	39,7	41,5	41,9	43,6	42,1
Não-metropolitano	40,5	41,8	42,5	42,7	42,1	43,1	42,7	40,4	40,4	40,3

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.11.1

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR RMs E GRANDES REGIÕES — DEFINIÇÃO B

[em %]

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	56,8	57,5	57,2	56,7	56,7	56,9	57,6	55,7	55,7	54,8
Metropolitano	39,7	40,7	42,2	42,5	42,7	43,0	44,9	45,5	45,9	44,9
Não-metropolitano	64,2	64,7	63,9	63,1	62,9	63,0	63,1	60,4	60,3	59,3
Urbano	53,8	54,9	54,7	54,5	54,2	54,6	54,8	53,3	53,2	52,5
Rural	85,1	85,0	84,2	83,0	83,4	82,9	82,4	83,5	83,9	83,0
Metrópoles da PNAD	39,7	40,7	42,2	42,5	42,7	43,0	44,9	45,5	45,9	44,9
Metrópoles da PME	38,1	39,6	41,0	41,7	41,6	42,2	44,2	44,5	45,1	44,1
Belo Horizonte	39,9	41,7	40,9	41,2	42,1	40,1	42,0	43,0	42,2	42,9
Porto Alegre	37,9	38,3	39,9	41,0	40,9	43,0	43,5	43,0	42,1	42,3
Recife	48,3	50,2	53,5	50,4	51,3	49,4	53,4	52,0	51,8	52,7
Rio de Janeiro	39,4	41,1	40,0	41,7	41,5	41,5	43,5	44,9	45,0	43,3
Salvador	45,8	44,5	49,6	45,8	44,7	47,1	50,2	50,6	50,9	50,4
São Paulo	34,3	36,1	38,4	39,9	39,6	41,1	42,7	42,8	44,5	42,9
Outras metrópoles	47,8	47,1	48,4	46,8	48,5	47,0	48,5	50,0	49,5	48,3
Belém	53,1	53,1	55,4	57,2	58,3	57,6	57,3	57,8	61,8	61,0
Curitiba	41,4	39,1	42,8	43,0	42,0	41,0	43,5	45,0	43,4	41,5
Distrito Federal	40,5	39,0	39,4	37,2	41,0	37,3	39,2	39,7	38,7	37,0
Fortaleza	57,7	58,6	58,4	54,5	57,4	56,7	57,8	58,6	57,0	56,0
Grandes regiões										
Norte	62,9	64,0	64,2	63,0	65,1	65,4	64,9	63,7	64,7	63,1
Nordeste	73,9	74,7	74,3	72,3	73,4	73,6	74,2	71,7	71,9	70,9
Sudeste	45,4	46,6	46,6	47,0	46,7	46,8	48,0	46,6	46,8	46,0
Sul	55,4	55,1	54,1	55,0	53,1	53,4	53,1	51,6	51,2	50,5
Centro-Oeste	60,9	59,9	59,6	58,7	57,8	56,4	57,4	56,0	54,8	53,2

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.11.2
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UFs — DEFINIÇÃO B
 [em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Acre	52,6	50,5	50,1	52,6	53,7	50,7	51,5	57,1	61,6	61,2
Alagoas	63,0	65,0	65,9	61,6	62,3	65,5	64,5	71,3	67,0	68,2
Amapá	51,6	50,2	54,9	52,3	62,9	58,4	60,4	49,7	56,3	61,7
Amazonas	54,9	58,9	57,5	56,5	59,7	60,7	61,9	58,5	58,7	55,8
Bahia	75,4	75,4	74,4	72,9	74,9	75,0	75,3	72,6	72,7	71,5
Ceará	75,0	76,3	75,8	73,7	75,0	74,6	75,7	73,5	73,0	72,5
Distrito Federal	40,5	39,0	39,4	37,2	41,0	37,3	39,2	39,7	38,7	37,0
Espírito Santo	62,9	62,7	59,9	60,5	61,6	61,5	60,5	55,6	55,8	56,6
Goiás	65,8	65,1	65,9	63,9	60,8	61,3	60,5	59,2	58,9	56,7
Maranhão	84,8	84,7	86,7	85,2	85,4	86,9	84,9	82,3	81,3	78,5
Mato Grosso	67,9	67,6	64,5	66,8	65,0	61,2	64,7	63,8	60,1	60,3
Mato Grosso do Sul	59,5	56,7	58,1	56,8	57,8	56,3	58,0	54,1	54,0	51,5
Minas Gerais	58,1	58,9	57,4	56,2	56,0	54,4	56,5	53,9	53,0	52,7
Pará	66,3	67,5	69,3	69,1	69,2	71,5	70,9	66,4	67,4	66,8
Paraíba	72,0	76,0	71,0	71,4	71,4	69,6	68,9	68,4	71,5	68,0
Paraná	58,9	59,2	57,6	57,0	55,4	55,4	56,2	53,7	52,4	51,5
Pernambuco	68,1	69,6	69,7	66,7	66,5	66,1	69,4	65,5	66,5	66,0
Piauí	80,3	77,9	79,3	77,9	79,5	79,7	81,9	78,2	79,4	78,8
Rio de Janeiro	41,8	43,1	42,5	43,7	43,6	43,5	45,2	46,1	46,5	44,9
Rio Grande do Norte	67,8	67,7	65,8	63,1	65,8	63,6	63,7	60,7	61,0	62,3
Rio Grande do Sul	53,1	52,3	52,9	53,6	52,3	52,6	52,2	52,7	52,5	51,9
Rondônia	55,0	54,1	53,9	48,9	54,2	50,6	47,3	54,3	54,1	53,7
Roraima	51,9	52,3	57,3	61,9	48,8	53,8	54,8	72,8	79,3	70,7
Santa Catarina	53,7	53,6	50,3	54,1	50,7	51,6	49,4	46,2	47,0	46,2
São Paulo	39,1	40,6	41,9	42,7	42,1	43,2	43,8	42,6	43,2	42,3
Sergipe	66,9	66,1	67,8	64,5	65,2	66,7	66,9	62,2	65,1	65,1
Tocantins	79,1	78,3	76,2	74,1	77,8	74,6	73,8	73,6	73,9	68,5

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.11.3

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UFs E RMs — DEFINIÇÃO B

[em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Bahia	75,4	75,4	74,4	72,9	74,9	75,0	75,3	72,6	72,7	71,5
Metropolitano	45,8	44,5	49,6	45,8	44,7	47,1	50,2	50,6	50,9	50,4
Não-metropolitano	82,9	83,0	81,4	80,5	82,9	82,2	82,5	79,7	79,4	78,0
Ceará	75,0	76,3	75,8	73,7	75,0	74,6	75,7	73,5	73,0	72,5
Metropolitano	57,7	58,6	58,4	54,5	57,4	56,7	57,8	58,6	57,0	56,0
Não-metropolitano	85,1	86,7	86,7	85,3	86,2	86,2	86,0	83,4	83,7	82,8
Distrito Federal	40,5	39,0	39,4	37,2	41,0	37,3	39,2	39,7	38,7	37,0
Metropolitano	40,5	39,0	39,4	37,2	41,0	37,3	39,2	39,7	38,7	37,0
Não-metropolitano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	58,1	58,9	57,4	56,2	56,0	54,4	56,5	53,9	53,0	52,7
Metropolitano	39,9	41,7	40,9	41,2	42,1	40,1	42,0	43,0	42,2	42,9
Não-metropolitano	63,0	63,7	62,4	60,8	60,4	58,8	61,0	57,5	56,6	56,0
Pará	66,3	67,5	69,3	69,1	69,2	71,5	70,9	66,4	67,4	66,8
Metropolitano	53,1	53,1	55,4	57,2	58,3	57,6	57,3	57,8	61,8	61,0
Não-metropolitano	73,9	75,2	76,3	75,3	74,3	77,7	76,4	72,3	71,4	70,8
Paraná	58,9	59,2	57,6	57,0	55,4	55,4	56,2	53,7	52,4	51,5
Metropolitano	41,4	39,1	42,8	43,0	42,0	41,0	43,5	45,0	43,4	41,5
Não-metropolitano	64,3	65,3	62,6	62,0	60,3	60,7	60,9	57,3	56,0	55,5
Pernambuco	68,1	69,6	69,7	66,7	66,5	66,1	69,4	65,5	66,5	66,0
Metropolitano	48,3	50,2	53,5	50,4	51,3	49,4	53,4	52,0	51,8	52,7
Não-metropolitano	79,0	80,9	80,0	77,6	76,6	76,7	79,6	75,4	77,1	75,3
Rio de Janeiro	41,8	43,1	42,5	43,7	43,6	43,5	45,2	46,1	46,5	44,9
Metropolitano	39,4	41,1	40,0	41,7	41,5	41,5	43,5	44,9	45,0	43,3
Não-metropolitano	49,5	49,7	50,8	50,3	50,4	49,9	50,4	49,6	51,0	49,6
Rio Grande do Sul	53,1	52,3	52,9	53,6	52,3	52,6	52,2	52,7	52,5	51,9
Metropolitano	37,9	38,3	39,9	41,0	40,9	43,0	43,5	43,0	42,1	42,3
Não-metropolitano	59,8	58,5	59,0	59,5	57,6	57,1	56,5	58,1	58,1	57,1
São Paulo	39,1	40,6	41,9	42,7	42,1	43,2	43,8	42,6	43,2	42,3
Metropolitano	34,3	36,1	38,4	39,9	39,6	41,1	42,7	42,8	44,5	42,9
Não-metropolitano	43,5	44,8	45,2	45,4	44,3	45,3	44,8	42,5	41,9	41,7

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.12.1

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR RMs E GRANDES REGIÕES — DEFINIÇÃO C

[em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Brasil	37,5	38,6	38,0	38,3	38,2	38,5	38,9	38,9	39,1	37,8
Metropolitano	24,7	25,7	26,6	27,9	27,9	28,0	29,5	31,1	32,1	30,6
Não-metropolitano	44,6	45,7	44,4	44,0	43,9	44,3	44,0	43,2	43,0	41,7
Urbano	39,0	40,2	39,6	39,8	39,4	39,6	39,7	39,6	39,6	38,4
Rural	65,9	66,3	63,5	61,3	62,6	62,9	61,0	64,8	63,7	62,2
Metrópoles da PNAD	24,7	25,7	26,6	27,9	27,9	28,0	29,5	31,1	32,1	30,6
Metrópoles da PME	23,2	24,6	25,5	27,1	26,9	27,1	28,7	30,2	31,3	30,1
Belo Horizonte	24,8	27,9	26,8	27,8	28,3	27,3	29,4	29,4	30,5	29,0
Porto Alegre	22,3	21,4	23,9	23,9	25,1	25,4	26,9	28,4	27,8	28,3
Recife	30,8	33,5	35,1	32,7	34,7	34,0	34,8	36,8	39,0	35,7
Rio de Janeiro	25,4	26,0	25,1	27,3	25,6	24,5	26,5	28,7	29,0	28,1
Salvador	27,9	27,2	32,7	30,6	29,9	31,8	34,4	33,9	34,7	34,3
São Paulo	20,0	21,9	23,2	26,1	26,0	27,0	28,5	30,0	31,7	30,3
Outras metrópoles	32,8	31,9	32,7	32,5	33,5	32,5	33,6	35,5	35,8	33,1
Belém	38,1	35,6	36,9	42,6	41,5	39,9	40,9	40,3	47,0	44,4
Curitiba	24,1	23,0	26,3	27,0	26,7	26,3	26,5	27,5	28,6	25,7
Distrito Federal	29,3	27,8	26,0	28,0	30,1	26,8	28,3	30,7	29,9	26,0
Fortaleza	42,8	43,4	43,7	39,2	41,5	42,0	43,8	45,6	42,6	40,9
Grandes regiões										
Norte	47,0	49,0	47,4	48,6	49,7	50,3	49,2	50,2	51,4	49,5
Nordeste	53,2	55,2	53,4	51,6	52,6	53,7	53,3	53,5	54,2	51,8
Sudeste	30,3	31,6	31,4	32,4	32,1	31,9	33,1	32,8	33,1	32,4
Sul	30,7	30,5	31,2	31,6	30,4	31,6	31,0	31,3	31,1	30,0
Centro-Oeste	48,4	47,7	46,5	46,7	46,4	44,2	45,5	44,6	43,0	40,6

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.12.2
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UFs — DEFINIÇÃO C
 [em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Acre	39,2	38,0	28,9	40,6	42,8	36,0	35,9	41,6	46,9	47,1
Alagoas	48,6	46,9	50,0	45,4	44,8	48,6	45,7	49,0	46,0	47,7
Amapá	36,1	39,3	35,4	38,3	46,7	38,3	44,1	32,4	37,8	40,3
Amazonas	33,5	40,1	38,2	35,6	41,0	42,1	38,3	41,7	40,4	37,7
Bahia	55,1	55,6	54,5	54,3	54,9	55,8	56,3	55,9	56,0	53,4
Ceará	58,2	61,3	58,8	54,3	57,1	58,3	56,6	57,7	55,3	54,6
Distrito Federal	29,3	27,8	26,0	28,0	30,1	26,8	28,3	30,7	29,9	26,0
Espírito Santo	48,3	45,0	45,3	47,1	47,3	47,6	45,2	41,1	42,0	43,4
Goiás	55,2	55,9	55,5	54,0	51,2	51,3	50,3	48,6	47,6	45,6
Maranhão	56,7	62,4	63,2	61,1	58,7	64,0	57,2	61,0	64,7	58,0
Mato Grosso	55,0	53,5	49,5	53,0	53,1	46,2	52,3	52,0	47,5	45,2
Mato Grosso do Sul	46,9	43,4	44,2	42,8	44,8	43,9	44,9	40,9	41,2	39,1
Minas Gerais	42,4	44,7	42,2	41,0	41,8	40,0	42,5	40,3	39,7	39,2
Pará	50,6	51,5	52,9	56,3	53,0	56,9	56,9	54,0	56,0	53,5
Paraíba	53,2	56,0	51,0	50,3	50,5	50,3	50,4	49,7	53,2	50,1
Paraná	37,6	39,0	38,6	36,9	35,8	37,5	36,9	35,0	34,6	33,2
Pernambuco	46,8	50,1	46,9	44,9	46,0	47,3	49,2	48,2	49,3	47,7
Piauí	56,7	54,0	53,4	57,1	60,1	56,0	59,9	59,3	62,5	58,8
Rio de Janeiro	27,9	28,0	27,8	29,5	28,3	27,2	28,9	30,8	31,3	30,0
Rio Grande do Norte	51,1	53,3	48,9	46,5	50,5	49,0	48,9	46,7	47,0	43,5
Rio Grande do Sul	27,5	25,9	27,7	28,2	28,3	27,7	28,4	31,1	30,1	29,2
Rondônia	41,4	42,9	41,7	34,4	40,8	35,1	32,4	40,1	40,7	41,9
Roraima	30,6	40,5	38,7	42,9	37,0	42,0	44,8	63,4	71,1	65,7
Santa Catarina	24,5	24,4	24,7	28,3	24,7	28,2	25,6	25,6	26,9	26,0
São Paulo	24,9	26,4	27,2	28,7	28,3	28,8	29,6	29,6	30,1	29,3
Sergipe	51,9	51,5	49,1	48,4	48,1	49,6	47,3	42,3	47,5	45,8
Tocantins	72,9	69,4	66,7	66,9	69,7	67,1	66,2	64,4	64,0	61,5

Fonte: PNADs de 1992 a 2003.

TABELA A2.12.3

EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE POR UFs E RMs — DEFINIÇÃO C

[em %]

UFs	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Bahia	55,1	55,6	54,5	54,3	54,9	55,8	56,3	55,9	56,0	53,4
Metropolitano	27,9	27,2	32,7	30,6	29,9	31,8	34,4	33,9	34,7	34,3
Não-metropolitano	66,3	67,0	63,8	64,4	65,8	65,9	66,2	65,7	65,1	61,8
Ceará	58,2	61,3	58,8	54,3	57,1	58,3	56,6	57,7	55,3	54,6
Metropolitano	42,8	43,4	43,7	39,2	41,5	42,0	43,8	45,6	42,6	40,9
Não-metropolitano	73,3	76,7	74,3	70,8	74,0	75,3	70,1	69,8	68,7	67,8
Distrito Federal	29,3	27,8	26,0	28,0	30,1	26,8	28,3	30,7	29,9	26,0
Metropolitano	29,3	27,8	26,0	28,0	30,1	26,8	28,3	30,7	29,9	26,0
Não-metropolitano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	42,4	44,7	42,2	41,0	41,8	40,0	42,5	40,3	39,7	39,2
Metropolitano	24,8	27,9	26,8	27,8	28,3	27,3	29,4	29,4	30,5	29,0
Não-metropolitano	48,1	50,2	47,7	45,7	46,7	44,6	47,2	44,3	43,2	42,9
Pará	50,6	51,5	52,9	56,3	53,0	56,9	56,9	54,0	56,0	53,5
Metropolitano	38,1	35,6	36,9	42,6	41,5	39,9	40,9	40,3	47,0	44,4
Não-metropolitano	59,7	62,0	62,9	64,4	59,4	65,9	65,0	64,0	62,5	60,1
Paraná	37,6	39,0	38,6	36,9	35,8	37,5	36,9	35,0	34,6	33,2
Metropolitano	24,1	23,0	26,3	27,0	26,7	26,3	26,5	27,5	28,6	25,7
Não-metropolitano	42,9	45,2	43,7	41,3	39,8	42,3	41,5	38,5	37,5	36,6
Pernambuco	46,8	50,1	46,9	44,9	46,0	47,3	49,2	48,2	49,3	47,7
Metropolitano	30,8	33,5	35,1	32,7	34,7	34,0	34,8	36,8	39,0	35,7
Não-metropolitano	60,3	64,4	58,7	56,9	57,0	59,6	62,0	59,6	59,9	59,0
Rio de Janeiro	27,9	28,0	27,8	29,5	28,3	27,2	28,9	30,8	31,3	30,0
Metropolitano	25,4	26,0	25,1	27,3	25,6	24,5	26,5	28,7	29,0	28,1
Não-metropolitano	36,2	35,0	37,0	37,0	37,3	35,6	36,5	37,1	38,0	35,6
Rio Grande do Sul	27,5	25,9	27,7	28,2	28,3	27,7	28,4	31,1	30,1	29,2
Metropolitano	22,3	21,4	23,9	23,9	25,1	25,4	26,9	28,4	27,8	28,3
Não-metropolitano	30,8	28,7	30,2	30,9	30,2	29,1	29,4	33,1	31,8	29,9
São Paulo	24,9	26,4	27,2	28,7	28,3	28,8	29,6	29,6	30,1	29,3
Metropolitano	20,0	21,9	23,2	26,1	26,0	27,0	28,5	30,0	31,7	30,3
Não-metropolitano	29,7	30,7	30,9	31,1	30,5	30,6	30,6	29,3	28,6	28,4

BIBLIOGRAFIA

- ARBACHE, J. S. Informalidade, encargos trabalhistas e previdência social. In: BRASIL/MPS/SPS. *Base de financiamento da previdência social: alternativas e perspectivas*. Brasília, 2003.
- BARROS, R. *et alii*. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, IPEA/MTE, n. 4, abr. 1997.
- BARROS, R., RAMOS, L. *Distribuição espacial do emprego no Brasil: 1992-1997*. IPEA, 2000, mimeo.
- CAMARGO, J. M. *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CARDOSO Jr., E., FERNANDES, S. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese para pesquisa. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, IPEA/MTE, n. 14, out. 2000.
- JACKMAN, R., LAYARD, R., SAVOURI, S. Mismatch: a framework for thought. In: SCHIOPPA, F. (ed.). *Mismatch and labour mobility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- PASSOS, A., ANSILIERO, G., PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*, n. 26, IPEA/MTE, fev. 2005.
- RAMOS, L., FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, abr. 2005.
- RAMOS, L., BRITTO, M. *O funcionamento do mercado e trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais*. Rio de Janeiro, IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1.011).
- SOARES, S. *et alii*. *O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. IPEA, 2001 (Texto para Discussão, 843).

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Helena Rodarte Costa Valente

Revisão

André Pinheiro

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Marcio Alves de Albuquerque

Marcos Hecksher

Míriam Nunes da Fonseca

Alejandro Augusto S. V. A. Poinho (estagiário)

Alessandra Senna Volkert

Editoração

Carlos Henrique Santos Vianna

Joanna Silvestre Friques de Sousa

Roberto das Chagas Campos

Camila Guimarães Simas (estagiária)

COMITÊ EDITORIAL

Secretário-Executivo

Marco Aurélio Dias Pires

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5090

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: madp@ipea.gov.br

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

9º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5090

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50, 6º andar — Grupo 609

20044-900 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 2215-1044 R. 234

Fax (21) 2215-1043 R. 235

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Tiragem: 142 exemplares